

19 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

TJ reabre polêmico

concurso dos cartórios

Seleção foi determinada em
2010 pelo CNJ, mas acabou
suspensa dois anos depois por
força de uma liminar concedida
pelo próprio órgão

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná reabre amanhã as inscrições para o concurso público que deve preencher vagas em 503 cartórios extrajudiciais do Estado. Segundo o edital, disponível na página do órgão na internet, 326 serventias serão ocupadas por novos titulares e 177 serão de remoção. Os candidatos poderão se inscrever até o dia 18 de fevereiro, somente pela internet. As provas acontecem em 30 de março. A seleção foi determinada em 2010 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mas acabou suspensa dois anos depois, por força de uma liminar concedida pelo próprio CNJ.

Na época, entre outros problemas, alguns concorrentes apontaram supostas irregularidades no processo, sobretudo na composição da banca examinadora, cujos integrantes teriam relações com candidatos ou donos de cartórios. O procedimento só foi liberado em outubro do ano passado, após o cumprimento de uma série de exigências. O conselho determinou, entre outras medidas, que o Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação (IBCF), contratado pelo

TJ, atuasse somente no "apoio logístico", sem envolvimento direto com a aplicação das provas, que a nova banca fosse composta por nomes sem "impedimento e suspeição" e que a disciplina de conhecimentos gerais passasse a fazer parte do conteúdo programático.

A realização de concurso público para o preenchimento dos comandos dos cartórios extrajudiciais se tornou obrigatória com a Constituição Federal de 1988. Até então, a maioria dos estabelecimentos do tipo passava de pai para filho.

Vagas

A lista de cartórios que estará em disputa inclui sete serventias de Londrina. Entre elas estão uma de protesto de títulos e cinco tabelionatos de notas (14º, 1º, 3º, 4º e 5º), além do 2º registro de títulos e documento de pessoas jurídicas. Também há vagas em Cambé (registro de imóveis), Ibiporã (registro de imóveis e tabelionato de notas) e Rolândia (protesto de títulos). Já na capital paranaense serão preenchidas 16 serventias.

Podem concorrer bacharéis em Direito e pessoas que exerceram a função notarial ou de

registro por um período mínimo de dez anos. A taxa de inscrição custa R\$ 200, tanto para novos titulares como para remoção. É possível participar dos dois processos, sendo para isso necessário preencher fichas diferentes e pagar os valores correspondentes. A seleção inclui provas objetiva, escrita e oral, além de exame de títulos.

19 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA INFORME FOLHA

Críticas a Barbosa

A filha de José Genoíno, Miruna Kayano Genoíno, disse que a família do petista preso por envolvimento no mensalão alugou por R\$ 4 mil mensais uma casa em Brasília, porque seu "pai está em prisão domiciliar fora de seu domicílio", que é em São Paulo. "Esse aluguel está sendo pago com muito sacrifício", disse em nota enviada à imprensa. Ela também criticou o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, por ter recebido 11 diárias, no valor total de R\$ 14.142,60, durante suas férias, para proferir duas palestras na França e na Inglaterra. "Não fui para a Europa com o dinheiro público, como o presidente do STF", escreveu. O Supremo informou que Barbosa interrompeu as férias "para atender a convites que lhe foram formulados há vários meses".

19 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

Marta Suplicy perde direitos políticos

São Paulo - A Justiça condenou a ex-prefeita de São Paulo e ministra da Cultura Marta Suplicy (PT) à perda dos direitos políticos por três anos por considerar que houve irregularidades na contratação da instituição Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS) no mandato dela na capital. A decisão da 1ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo aponta que a GTPOS foi contratada ilegalmente sem licitação.

O juiz Alexandre Bucci também determinou que Marta pague uma multa correspondente a cinco vezes o valor que ela recebia no cargo de prefeita, exercido entre 2001 e 2004. As mesmas penas foram aplicadas à ex-secretária da Educação de Marta, Maria Aparecida Perez, que assinou o contrato.

A GTPOS foi punida com a proibição de contratar com o poder público por três anos e ao pagamento de multa no valor de 10% da contratação.

O contrato com a instituição teve o valor de R\$ 372 mil e foi assinado em 2004 com o objetivo de promover o planejamento familiar e a educação sexual de famílias das regiões das subprefeituras da Cidade de Ademar e da Cidade Tiradentes.

De acordo com a decisão judicial, não foram comprovados prejuízos aos cofres públicos, mas a falta de licitação violou os princípios da isonomia, pois outras instituições não puderam disputar o contrato com a GTPOS, e o princípio da impessoalidade, já que Marta foi sócia fundadora e presidente de honra da entidade.

Cabe recurso da sentença ao Tribunal de Justiça de São Paulo. O advogado de Marta, Pedro Estevam Serrano, afirmou que apresentará recurso contra a decisão pois em julgamento sobre contrato idêntico entre a Prefeitura de São Paulo e a GTPOS, na gestão da petista, o Tribunal de Justiça paulista julgou o caso favoravelmente à ex-prefeita. "Na decisão, o TJ-SP considerou o contrato realizado legítimo, o que se traduz em relevante precedente para julgamento do caso", de acordo com nota da assessoria do advogado.

18 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

Depen quer levantamento de pedidos de presos

Objetivo é evitar novos motins; quatro foram registrados nos últimos dias na Grande Curitiba

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba - O Departamento de Execução Penal (Depen) do Paraná determinou que os diretores de todas as penitenciárias do Estado façam um levantamento dos presos interessados em transferência de unidade e os motivos do pedido. A medida foi anunciada ontem pelo diretor do Depen, Cezinando Paredes. A intenção, conforme ele, é evitar novos motins.

Nos últimos 40 dias, quatro ocorrências resultaram na transferência de 67 detentos das penitenciárias da Grande Curitiba para o interior e até para Santa Catarina. "Com estes dados vamos dialogar com os juizes das Varas de Execução Penal (VEPs) para analisarmos cada situação, de acordo com as vagas existentes. Os motins ocorreram por questões isoladas e não contra a gestão do sistema penitenciário. Aliás, nenhuma dessas ações tem relação com facções criminosas", destacou Paredes.

Sobre a presença de integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC) nas unidades, Paredes disse que o serviço de inteligência do sistema penitenciário já tinha

conhecimento do vídeo que foi divulgado nos últimos dias. Para ele, as imagens não revelam nenhum controle da unidade em questão (Penitenciária Estadual de Piraquara 1) pelos criminosos. "Monitoramos e temos controle dos presos faccionados, inclusive temos imagens como as que foram divulgadas. Elas só não vêm a público por questões de segurança e também para não difundir informações distorcidas que acabam glamorizando uma organização criminosa", ressaltou.

OAB

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) anunciou ontem a criação da Coordenação de Acompanhamento do Sistema Carcerário, formada por conselheiros de todos os Estados e do Distrito Federal. Segundo o órgão, a coordenação foi criada em dezembro do ano passado após contatos com todos os presidentes das seccionais, e tem por objetivo auxiliar no enfrentamento da crise no sistema penitenciário nacional.

A coordenação será empossada no dia 4 de fevereiro, mesmo dia da primeira reunião do grupo.

1 8 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA INFORME FOLHA

Casa de Gilmar

Quatro adolescentes entre 12 e 14 anos foram presos em flagrante ao tentar furtar a casa do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, em Brasília. Por volta das 18 horas de ontem, os adolescentes entraram na casa e furtaram dois colete-salva vidas do local. Seguranças particulares da casa perceberam movimentações suspeitas nos fundos do terreno e viram que o local havia sido invadido. Eles saíram do terreno, que fica próximo ao Lago Paranoá, e encontraram os adolescentes nadando. Eles tentaram fugir, mas foram apreendidos pela polícia. Nenhum ato de violência foi registrado. O ministro informou, através da assessoria do STF, que não irá comentar o assunto. Mendes não estava em sua casa no momento do crime. Ele está em São Paulo.

LUIZ GERALDO MAZZA

Contestação

Não só o CNJ e o STJ apreciam ações acumuladas pelos poderes Executivo e Legislativo do Paraná como na presunção de tráfico de influência na eleição de Fabio Camargo para o Tribunal de Contas. Também está sob exame do STF uma ação direta de inconstitucionalidade do Conselho Federal da OAB contra as leis estaduais 16.390 de 02 de fevereiro de 2010 e a 16.792 de 25 de fevereiro de 2011 por mexerem em toda a estrutura de cargos da Assembleia e instituindo desproporção de cargos comissionados aos efetivos. O Ministério Público Federal e a Advocacia Geral da União deram pareceres pelo acolhimento parcial da Ação Direta de Inconstitucionalidade da OAB.

20 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA
CLAUDIO HUMBERTO

Dois coelhos

Dilma atendeu às preces diretas do governador Sérgio Cabral (PMDB), aprovando o procurador Flávio Willemann para juiz efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Rio. E reconduziu à suplência o juiz relator dos recursos envolvendo Cabral e o vice, Pezão, candidato a governador.

20 JAN 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça obriga Prefeitura a pagar empresas de ônibus da RIT

!Pagamentos foram suspensos na quinta-feira por atraso em subsídio

Justiça manda prefeitura pagar empresas metropolitanas

Uma decisão judicial obriga que a Prefeitura de Curitiba realize o pagamento às empresas de ônibus que atendem as linhas da Região Metropolitana. Ao todo, 12 empresas prestam o serviço, por meio da Rede Integrada de Transporte, na qual os passageiros das cidades vizinhas utilizam o mesmo sistema dos moradores de Curitiba e pagam a mesma tarifa. Atualmente, o valor cobrado é de R\$ 2,70.

A decisão, em caráter liminar, foi concedida pelo juiz Roger Vinicius Pires de Camargo Oliveira, da 3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba. Na decisão, o magistrado considerou que as empresas não podem ser responsabilizadas pelo impasse entre a prefeitura e o governo estadual.

Por sua vez, o governo estadual informou inicialmente que não havia qualquer atraso. Mais tarde, disse que estava em contato com a prefeitura e que iria efetuar o pagamento do subsídio no dia 20 de janeiro.

20 JAN 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Lewandowski assume plantão do STF

O vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, que foi o revisor do processo do mensalão, assume nesta segunda-feira (20) o regime de plantão da Corte, no lugar da ministra Cármen Lúcia. Ele ficará responsável por resolver questões "urgentes", como pedidos de habeas corpus, até fevereiro, quando termina o recesso do Judiciário.

Na primeira semana de janeiro, o presidente do STF, Joaquim Barbosa, atuou no plantão. Em seu penúltimo dia antes de sair de férias, no dia 6 de janeiro, ele rejeitou recurso do deputado federal João Paulo Cunha (PT-SP) e determinou o início do cumprimento da pena de prisão pela condenação no julgamento do mensalão.

No entanto, Barbosa viajou no dia 7 de janeiro sem expedir o mandado de prisão - ordem necessária para que a Polícia Federal encaminhe o petista para a cadeia.

18 JAN 2014

GAZETA DO POVO

Justiça

determina que

Urbs retome pagamento

Justiça manda Urbs retomar pagamento

Para evitar greve de motoristas e cobradores, a Justiça determinou ontem que a Urbs pague as empresas de ônibus que realizam o transporte de passageiros em 13 municípios da Região Metropolitana de Curitiba. O pagamento estava suspenso desde quarta-feira.

De acordo com decisão, suspensão do subsídio às empresas de transporte metropolitano de Curitiba poderia estimular greve de cobradores e motoristas

Talita Boros Voitch,
especial para a Gazeta do Povo

A Justiça do Paraná determinou ontem a retomada imediata do pagamento às empresas de ônibus que realizam o transporte de passageiros nos 13 municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). O pagamento havia sido suspenso na última quarta-

feira pela Urbanização de Curitiba (Urbs), sob alegação de inadimplência de R\$ 10 milhões do governo do estado, responsável pelo transporte intermunicipal. A preocupação era que os usuários dos ônibus metropolitanos fossem prejudicados a partir da segunda-feira, já que havia risco do não pagamento dos vales dos cobradores e motoristas por causa da suspensão.

O Sindicato das Empresas de Transporte Público (Setransp), autor da ação, afirma que a decisão da Justiça precisa ser cumprida imediatamente para que não haja risco de greve. As empresas precisam receber o repasse da Urbs em tempo hábil para que parte do pagamento dos funcionários possa ser efetuado. O grande entrave, segundo o sindicato, são os prazos de compensação e conciliação bancária.

Na liminar, o juiz Roger Vinicius Pires de Camargo Oliveira, da 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial de Curitiba, entendeu que, independente de o pagamento do governo do estado ter sido ou não realizado, representa apenas 6% de todo o custo da RIT (Rede Integrada de Transporte), composta por consórcios urbanos e empresas metropolitanas integradas.

O juiz considerou que a falta do pagamento faria concreta a viabilidade de uma greve entre motoristas e cobradores, que afetaria toda a população. “Deve prevalecer o interesse público”, afirma a liminar. Caso a Urbs descumpra a decisão, deverá pagar multa de R\$ 10 mil por dia.

A Urbs foi procurada para comentar o caso, mas não respondeu até o fechamento da reportagem.

Em nota, o governo do estado diz que depositará uma nova parcela do subsídio estadual para a manutenção do sistema na segunda-feira e que o assunto está sendo tratado administrativamente entre representantes da esfera Estadual e Municipal. A Urbs diz que o atraso é de duas parcelas — vencidas nos dias 10 de dezembro e janeiro —, que juntas somam R\$ 10 milhões.

RELATÓRIO

A OAB-PR informou ontem que vai entregar ao Ministério Público Estadual um relatório feito a partir da auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que aponta irregularidades no transporte coletivo de Curitiba. O principal problema apontado diz respeito à licitação da concessão do transporte em 2009.

18 JAN 2014

GAZETA DO POVO

Testemunha acusa Kassab de receber fortuna ilegal; TJ absolve o político

Depoente afirma ter ouvido que dinheiro foi pago por empresa responsável pela inspeção veicular em São Paulo. Acusados negam irregularidades

SÃO PAULO

Agência Estado e Agência O Globo

Em depoimento ao Ministério Público Estadual (MPE), uma testemunha protegida disse ter ouvido que o ex-prefeito de São Paulo Gilberto Kassab (PSD) recebeu "verdadeira fortuna" da Controlar, empresa responsável pela inspeção veicular, e que o dinheiro ficou guardado em seu apartamento. Ex-secretário de Finanças de Kassab, Mauro Ricardo também é citado. A testemunha não apresentou provas e os acusados negam irregularidades, informou o jornal *O Estado de S. Paulo*.

Kassab, inclusive, foi absolvido na última quinta-feira pelo Tribunal de Justiça de

São Paulo (TJ-SP) da acusação de crime de responsabilidade na contratação da Controlar. Ivan Pio de Azevedo, ex-presidente da Controlar, também foi absolvido na mesma ação do Ministério Público (MP) por crimes na Lei de Licitação. O TJ-SP disse que a ação corre em segredo de Justiça, e que ainda cabe recurso da decisão.

Relatos

A testemunha protegida, por sua vez, relatou fatos que teriam sido narrados por Ronilson Bezerra Rodrigues, apontado como líder da máfia do Imposto Sobre Serviços (ISS). Ele afirmou que Kassab pediu ajuda ao empresário Marco Aurélio Garcia, irmão do secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Rodrigo Garcia, para levar o dinheiro até uma fazenda em Mato Grosso. Kassab nega e classifica as acusações como "fantasiosas".

O depoimento da "testemunha Gama" consta do Procedimento Investigatório Criminal 03/2013 do MPE, presidido pelo promotor Roberto Bodini, e foi anexado aos autos no dia 19 de dezembro.

O contrato com a Controlar é alvo de outra ação do MPE.

A contratação da empresa, em 2007, foi feita a partir de uma licitação da gestão Paulo Maluf (PP), em 1996. Para o órgão, deveria ter sido feita uma nova concorrência. Kassab é um dos réus no processo criminal.

Outro lado

Kassab enviou uma nota com seis tópicos, por meio de sua assessoria de imprensa. O texto diz que ele acredita na Justiça. "O ex-prefeito afirma que só tem uma defesa: a Justiça, na qual acredita e à qual recorrerá." O texto informa que foi na gestão Kassab que se iniciou a primeira investigação sobre a máfia do ISS. Ele também negou manter contato com Marco Aurélio Garcia e disse que os contatos com Mauro Ricardo eram frequentes quando trabalharam juntos.

O advogado Rogério Cury, defensor de Garcia, repudia veementemente as acusações de que seu cliente ajudou Kassab a esconder o dinheiro. "São informações absurdas e inverídicas", disse. Mauro Ricardo também nega as afirmações. Ele nega que pedisse para os integrantes da máfia do ISS deixarem de fiscalizar empresas de aliados.

CONTROLAR NEGA ACUSAÇÃO

A empresa Controlar contestou as denúncias de que teria dado dinheiro a Gilberto Kassab. "A Controlar nega veementemente as insinuações e afirma que sempre pautou suas ações baseada nos princípios da ética e da legalidade", afirmou, por meio de nota. Kassab também negou e classificou as acusações como "fantasiosas".

18 JAN 2014

GAZETA DO POVO

» VIOLÊNCIA

Justiça proíbe Força Jovem de ir aos estádios

A 1.ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro proibiu ontem a torcida organizada Força Jovem, do Vasco, de frequentar qualquer jogo de futebol ou evento esportivo pelo período de um ano. A decisão é em caráter liminar e já está valendo. Por causa disso, a organizada não poderá comparecer em São Januário hoje, quando o time estreia no Campeonato Carioca contra o Boavista, às 19h30. Cabe recurso.

A ação foi ajuizada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro por conta da selvageria registrada em Joinville (SC), na última rodada do Campeonato Brasileiro do ano passado, quando torcedores de Vasco e Atlético entraram em confronto nas arquibancadas. Na denúncia, o Ministério Público citou ainda outros casos de violência envolvendo torcedores da Força Jovem, o que "indica ser fato corriqueiro a promoção de atos de violência por integrantes da torcida".

No despacho, o juiz Luiz Roberto Ayoub determinou que os integrantes da Força Jovem já identificados pelo Ministério Público deverão comparecer à delegacia de polícia mais próxima até 15 minutos antes dos jogos do time e 30 minutos após as partidas, sob pena de multa de R\$ 2 mil.

JUSTIÇA

Advogado de Gaievski tentará anular processo

A defesa de Eduardo Gaievski, ex-assessor da Casa Civil acusado de cometer estupros contra menores de idade quando era prefeito de Realeza, no Sudoeste do Paraná, quer anular o processo que o levou à prisão. O novo advogado de Gaievski, Samir Mattar Assad, afirma que o antigo defensor teria cometido diversos erros que comprometeram a situação do ex-prefeito, inclusive arrolando vítimas como testemunhas de defesa.

Gaievski prestou depoimento à Justiça nesta quinta-feira. Disse ser "preso político" e afirmou ter sido alvo de deboches na Casa de Custódia de Curitiba. Filiado ao PT, Gaievski relatou ser obrigado a usar o uniforme 45, número do PSDB. A Secretaria de Justiça do Paraná disse que a acusação não tem procedência e que todo o preso é tratado por agente penitenciário e não por agente político.

NOTA POLÍTICA

Casa furtada

A casa do ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes foi furtada na última quinta-feira, em Brasília. Quatro adolescentes entraram na casa e furtaram dois coletes salva-vidas. Eles foram apreendidos em flagrante. O ministro não estava em casa na hora do fato.

GAZETA DO POVO

ALBERTO DINES

18 JAN 2014

Breve, uma

temporada de reprises

Nossa democracia, com apenas 29 anos, terá o privilégio nas próximas semanas de reencontrar-se com dois de seus marcos históricos: o golpe militar que derrubou o presidente João Goulart, iniciado em 31 de março de 1964, e o formidável movimento popular para restabelecer a normalidade política, o “Diretas Já”, lançado em janeiro de 1984 e cuja apoteose deu-se em 16 de abril, no comício do Vale do Anhangabaú, São Paulo, considerado o maior de nossa história, com a participação de quase 2 milhões de manifestantes.

As duas penosas décadas desfilarão praticamente juntas, recapituladas e compactadas num oportuníssimo *showroom* político entre o fim de março e meados de abril. Serão possivelmente atualizadas com passeatas, “rolezinhos”, “rolezões” e outras modas e manias aticadas pelas insatisfações e o início da controversa Copa do Mundo em junho-julho.

Estudada, debatida, exercitada, testada, a democracia é obra em construção — aberta, incompleta, interminável, imperfeita, porém a melhor já inventada para regular as relações entre cidadãos.

Enquanto não chega a temporada de releituras e revisões, devemos examinar com atenção e cautela os desdobramentos da agenda política com o olhar e a disposição de estudantes em aulas práticas. Tudo à nossa volta tem a ver com a proteção e/ou o aperfeiçoamento do processo democrático. Somos todos herdeiros de Alexis de Tocqueville (1805-1859), jurista e sociólogo francês deslumbrado com o cotidiano do processo democrático na América do Norte.

Nosso noticiário cotidiano converteu-se numa espécie de guia prático de um transcendental tratado sobre democracia. A decisão do TSE de impedir o Ministério Público de investigar infrações eleitorais, o esforço de partidos para manter doações de empresas para o financiamento de candidaturas,

a formação de coligações com o único fim de aumentar o tempo de exposição na tevê, o esforço para acabar com o voto obrigatório, a incontável multiplicação de partidos, a resistência de repartições públicas em adotar o estatuto da transparência informativa e a desobediência de magistrados às decisões do CNJ são alguns dos tópicos de uma extensa pauta de inspiração autoritária que corre impunemente nas cortes, legislativos, antessalas, gabinetes e corredores de governantes sem que soem os indispensáveis alarmes.

cos de uma extensa pauta de inspiração autoritária que corre impunemente nas cortes, legislativos, antessalas, gabinetes e corredores de governantes sem que soem os indispensáveis alarmes.

A crença de que a continuidade do calendário eleitoral e a posse dos eleitos são suficientes para garantir o *pedigree* democrático do Estado produz equívocos trágicos: a Rússia parece uma democracia — é uma caricatura —, o recente plebiscito egípcio sugere uma legítima consulta popular — é uma farsa. A oligarquia Sarney já dura 48 anos: tem 19 anos mais que a nossa democracia e os seus mecanismos de alternância no poder. O golpe preventivo aplicado pelo general Henrique Lott em novembro de 1955 garantiu a posse de JK, mas abriu caminho para quarteladas “bem intencionadas”.

O Estado de Direito, intangível, intocável, não pode conviver com transgressões, mesmo microscópicas, ou inofensivas ambiguidades. Logo descobriremos os porquês.

Alberto Dines é jornalista.

18 JAN 2014

GAZETA DO POVO

Marta Suplicy tem direitos políticos suspensos até 2017

!A ex-prefeita Marta Suplicy (PT) foi condenada pela Justiça de São Paulo por improbidade administrativa em razão de um contrato firmado sem licitação, durante sua gestão na prefeitura de São Paulo (2001-2004). Em decisão de primeira instância, o Juiz Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho, da 1.ª Vara de Fazenda Pública, condenou a ex-prefeita a suspensão dos direitos políticos por três anos e a pagamento de multa no valor de 50 vezes sua remuneração como prefeita.

Na decisão, do dia 9, o Justiça acatou a denúncia do Ministério Público de São Paulo, que apontou irregularidades na contratação, em 2002, de uma ONG para assessorar o desenvolvimento de ações referentes a planejamento familiar, métodos contraceptivos, questões de sexualidade. A defesa de Marta Suplicy informou que vai recorrer, já que contrato semelhante foi considerado legítimo pela Justiça.

De acordo com a promotoria, o contrato de R\$ 176,7 mil com o Grupo de Trabalho e Pesquisa de Orientação Sexual (GTPOS) é irregular por ter sido firmado sem a realização de licitação. O juiz destacou também o fato de Marta Suplicy ter sido sócia fundadora da GTPOS e, por essa razão, infringir o critério de imparcialidade exigido nesse tipo de contrato. Ele ressalta, porém, que não se verificaram indícios de prejuízos aos cofres públicos.

19 JAN 2014

GAZETA DO POVO

>>ARRECADAÇÃO

Juntos, cartórios faturam mais de R\$ 1 bilhão por mês no Brasil

Entre os 13.803 cartórios do país, 4.967 têm titulares que não foram aprovados por concurso público. Situação é considerada ilegal pelo CNJ

BRASÍLIA

Agência O Globo

Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revelam que, em apenas um semestre, 13.233 cartórios brasileiros arrecadaram R\$ 6 bilhões. O levantamento exclui 570 cartórios, que não informaram seus rendimentos ao CNJ. Ao todo, o país tem 13.803 cartórios. Em média, no período informado, os cofres de cada estabelecimento engordaram R\$ 453 mil. O cartório mais rentável do país é o 9.º Ofício de Registro de Imóveis do Rio. Em seis meses, ele recebeu R\$ 48,5 milhões.

Em segundo lugar está o 11.º Ofício de Registro de Imóveis de São Paulo, com R\$ 44,1 milhões em um semestre. O terceiro colocado é o Serviço Registral de Imóveis e Títulos de Primavera do Leste, em Mato Grosso. O rendimento em seis meses foi de R\$ 33 milhões.

Os números mostram a arrecadação dos cartórios com base nas últimas informações enviadas ao CNJ pelos estabelecimentos. Há números referentes ao segundo semestre de 2013, mas também, em alguns casos, de períodos anteriores. A projeção dos ganhos dos cartórios em um ano (R\$ 12 bilhões) corresponde à metade do gasto anual com o Bolsa Família. O dinheiro amealhado pelos cartórios anualmente é também maior que os US\$ 4,5 bilhões (R\$ 10,5 bilhões) que o governo federal pagará pelas caças suecos. Para comparação, o orçamento do Supremo Tribunal Federal para 2014 é de R\$ 564 milhões.

Sem concurso

O levantamento também revela que, dos 13.803 cartórios do país, 4.967 têm titulares que não foram aprovados por concurso público. A situação é considerada ilegal pelo CNJ. Em junho de 2009, o plenário do conselho determinou por resolução a obrigatoriedade de titulares de cartórios serem escolhidos por concurso público — um dispositivo da Constituição Federal de 1988 que encontra resistência para ser cumprido. Antes de 1988, os titulares dos cartórios eram escolhidos e nomeados pelo Poder Executivo.

Os cartórios em situação regular somam 7.823. Os

1.013 restantes não têm situação definida no banco de dados do CNJ. É possível constatar que os cartórios em situação regular são mais rentáveis: em média, R\$ 620 mil por estabelecimento por semestre, contra R\$ 183 mil dos irregulares.

Indefinição

Em 2009, o então corregedor do CNJ, ministro Gilson Dipp, apresentou ao plenário duas resoluções para disciplinar o serviço notarial. Ambas foram aprovadas. A primeira declarou vagos todos os cargos ocupados sem concurso público. A resolução dava aos Tribunais de Justiça 45 dias para providenciar o concurso. A outra resolução ditava as regras dos concursos.

Mas titulares de cartórios entraram na Justiça com pedidos de liminares para continuar nos cargos e muitos conseguiram. Por isso, o quadro hoje é indefinido.

CONTINUA

19 JAN 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DEMANDA

O brasileiro já nasce dependendo de cartório. A primeira necessidade é emitir uma certidão de nascimento. A partir daí, começam as dezenas de demandas que passam pelos cartórios – emancipação, casamento, escritura da casa, compra de carro –, que só terminam com a morte e a consequente expedição da certidão de óbito.



Ganhos dos cartórios por ano correspondem à metade do gasto anual com o programa Bolsa Família.

DESPESAS

Anoreg diz que parte do recurso movimentado é imposto ou vai para a Justiça

A Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg) informou que os dados do CNJ não demonstram toda a movimentação financeira dos cartórios. "Do mesmo modo que os cartórios enviam mensalmente seus balanços aos órgãos fiscalizadores, conferindo transparência às operações, enviam também as despesas, impostos e taxas que são recolhidos, que representam quase 60 ou 70% da arrecadação", diz nota assinada pelo presidente da entidade, Rogério Portugal Bacellar. Segundo a Anoreg, a forma como o conselho divulgou os dados "levam à compreensão equivocada do faturamento". A nota explica que, da arrecadação bruta, é preciso subtrair gastos com folha de pagamento, infraestrutura e investimentos. Além disso, é necessário destinar parte do faturamento ao Judiciário.

19 JAN 2014

GAZETA DO POVO

PARANÁ

Ao contrário de outros tribunais, TJ não estuda adotar home office

Ao contrário de outros tribunais do país que estudam adotar o sistema de "home office", em que o servidor trabalha parte do tempo em casa, o Judiciário paranaense não avalia implantar o modelo neste momento. Porém, a assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) informou que essa hipótese não pode ser descartada no futuro. Apesar disso, o TJ-PR esclareceu que uma eventual implantação do home office dependeria de regulamentação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e de o modelo ter comprovada eficácia em outros tribunais. O trabalho domiciliar de servidores foi anunciada, em caráter experimental, pelo novo presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, José Renato Nalini, no início de janeiro e vem ganhando adeptos de outras cortes do país – como as do Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal. No Tribunal Superior do Trabalho (TST), o sistema existe há dois anos, mas apenas 25 dos 2 mil servidores do órgão trabalham em casa.

19 JAN 2014

GAZETA DO POVO

99 ANOS

MP-SP entra na Justiça contra cessão de imóvel ao Instituto Lula

O Ministério Público (MP) ingressou na Justiça com ação civil pública contra a prefeitura

de São Paulo é o Instituto Lula por causa da área no centro da cidade cedida em 2012 à entidade. A cessão ocorreu na gestão do ex-prefeito Gilberto Kassab e não houve concorrência pública. O instituto pode ocupar o

imóvel por 99 anos. "A situação se enquadra como verdadeira doação indevida de (...) de imóvel público (...) a entidade privada (...) para promoção pessoal do seu home-nageado [Lula]", diz o MP na ação.

SÃO PAULO

Procurador-geral vê "fortes indícios" de propina no metrô

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmou, em um parecer enviado

ao Supremo Tribunal Federal (STF), que há "fortes indícios de existência do esquema de pagamento de propina pela multinacional alemã Siemens a agentes públicos vinculados ao metrô de São Paulo". A afirmação consta de documento

enviado em 7 de janeiro ao ministro Marco Aurélio Mello, relator do inquérito que investiga o suposto cartel no setor de trens e metrô em São Paulo entre 1998 e 2008, nos governos tucanos de Mário Covas, Geraldo Alckmin e José Serra.

FRASES DA SEMANA

"Eu tenho a impressão de que há recursos. É preciso apenas dar prioridade. É impensável que, no quadro atual de superlotação dos presídios, nós tenhamos contingenciamento de verbas do Funpen."

Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), em entrevista ao jornal O Globo, falando sobre a situação dos presídios no Brasil e os recursos do Fundo Penitenciário (Funpen).

NOTAS POLÍTICAS



Gilberto Kassab

A Justiça absolveu o ex-prefeito de São Paulo de ter beneficiado a empresa responsável pela inspeção veicular na cidade.

Bibinho

O ex-diretor da Assembleia Legislativa do Paraná Abib Miguel, o Bibinho, foi condenado pela Justiça a quase 19 anos de cadeia por sua participação no caso dos Diários Secretos.

DORA KRAMER

Em destaque

Cotada para a vaga de vice se Aécio Neves optar por uma mulher, a ex-ministra do Supremo Tribunal Federal Ellen Gracie deve coordenar o grupo que trata de assuntos relativos à justiça e segurança pública na campanha do tucano.

GAZETA DO POVO

Queda em assassinatos não reduz medo da população

19 JAN 2014

Especialistas defendem que a sensação de segurança está mais ligada a experiências do dia a dia que à divulgação da violência na mídia

Diego Ribeiro

Estadísticas da Secretaria de Estado da Segurança Pública, anunciadas na última quarta-feira, mostraram o menor número de homicídios no Paraná e em Curitiba desde 2007, quando a divulgação da série histórica começou. Em relação a 2009, ano de pico, a queda registrada foi de 21%. Esse recuo no número de assassinatos, no entanto, não contribuiu para reduzir a sensação de medo da população. Um levantamento exclusivo da Paraná Pesquisas para a *Gazeta do Povo* indica que 75% dos curitibanos sentem-se menos seguros hoje do que a há cinco anos atrás. A sensação de insegurança também é maior que a registrada no primeiro levantamento do instituto sobre o tema, em 2011 (71%).

Os números da Paraná Pesquisas mostram ainda que 42% dos moradores de Curitiba consideram o estado muito violento e 46% entendem que o Paraná está na média dos demais estados brasileiros. Sobre Curitiba, 58% responderam que a cidade não é segura.

Termômetro

A taxa de homicídios é, tecnicamente, o principal indicador da violência nas cidades, mas não causa impacto direto na percepção das pessoas sobre segurança. É o que explica o membro do Fórum Brasileiro de Segurança e sociólogo Luís Flávio Saporì. Segundo ele, o crime que mais impacta nessa percepção é o roubo. “Não basta o governo comemorar a redução dos homicídios se, no dia a dia, as pessoas estão sendo assaltadas

nos comércios, no transporte coletivo, nas ruas e nas suas residências”, analisa. A avaliação do sociólogo faz sentido quando observadas as respostas de uma das perguntas do levantamento da Paraná Pesquisas: se o entrevistado ou alguém da família foi vítima de roubo, furto ou alguma outra violência nos primeiros dias deste ano — 13% afirmaram que sim. “É um dado muito expressivo. Mostra uma proporção bastante relevante que sofreu algum tipo de crime”, atesta Saporì.

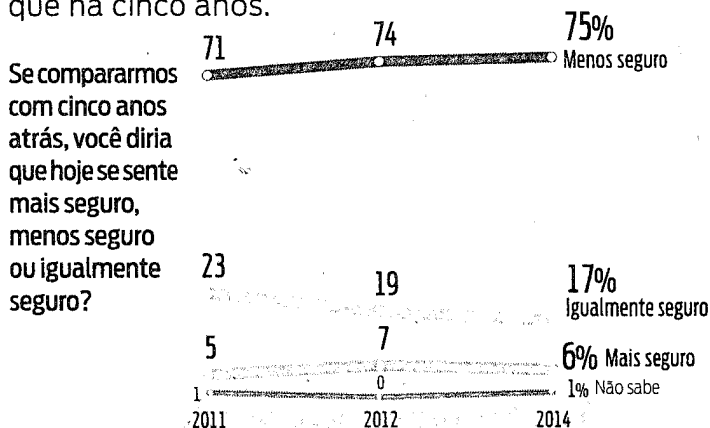
Para a coordenadora de Sistemas de Justiça e Segurança Pública do Instituto Sou da Paz, Carolina Ricardo, a discussão racional sobre o tema e a ampliação da divulgação de resultados positivos são os fatores que podem influenciar na sensação de segurança da população. Para ela, casos como as barbáries do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís (MA), e os vídeos do grito de guerra dos membros do PCC nos presídios paranaenses, divulgados nessa semana pela *Gazeta do Povo*, afetam a impressão, mas não são fatores que fazem crescer o medo de forma direta.

Saporì também acredita que a repercussão dos crimes na mídia não é determinante para aumentar o medo. “É preciso menos propaganda e mais ação. Se o governo do estado continuar reduzindo os indicadores de violência, aos poucos, a população vai percebendo a melhora”, opina.

CONTINUA

PARANÁ INSEGURO

Mesmo com o recuo no número de assassinatos pelo terceiro ano consecutivo em Curitiba e pela segunda vez, em três anos, em todo estado, a maioria dos entrevistados se sente menos seguro que há cinco anos.



Obs.: o gráfico apresenta os números da mesma pergunta feita em pesquisas anteriores.
Fonte: Paraná Pesquisas. Metodologia: entre 16 e 17 de janeiro de 2014 foram entrevistados 435 habitantes de Curitiba. Infografia: Gazeta do Povo.

“Além das UPSs, o reaparelhamento das polícias propiciou um incremento que resultou em prisões, apreensões. Todas as ações acabaram impactando na redução dos crimes.”

Cid Vasques, secretário estadual da Segurança Pública.

CULTURA

Ocupar o espaço público ajuda a diminuir a insegurança

Além da óbvia necessidade de reduzir ainda mais os homicídios, ações conjuntas, que envolvem Estado e população, precisam ser implementadas para mudar o quadro da sensação de insegurança no Paraná. Na avaliação da coordenadora de Sistemas de Justiça e Segurança Pública do Instituto Sou da Paz, Carolina Ricardo, o tema da ocupação de espaços públicos precisa ser amplamente desenvolvido nas cidades.

“Espaços públicos abandonados geram sensação de insegurança. O poder público precisa retomar esses espaços e desenvolver programas de ocupação com atividades nas ruas”, explica a especialista. Ela lembra que é necessário transformar praças e outros ambientes coletivos em locais amigáveis. Carolina acredita que a convivência, a superação dos preconceitos e entender o diferente promovem a segurança. “Se eu vejo e acho que um grupo de jovens é baderneiro, mas começo a conviver e percebo que são apenas skatistas, que só andam de skate, perco o medo”, exemplifica. (DR)

CONTINUA

19 JAN 2014

Paraná teve redução de 18% em homicídios

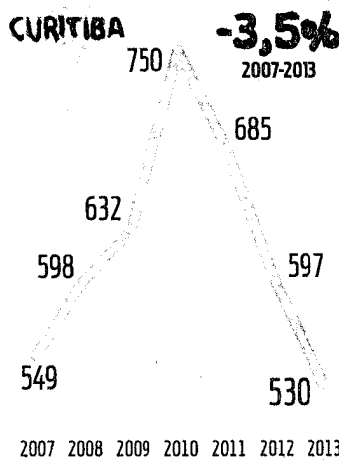
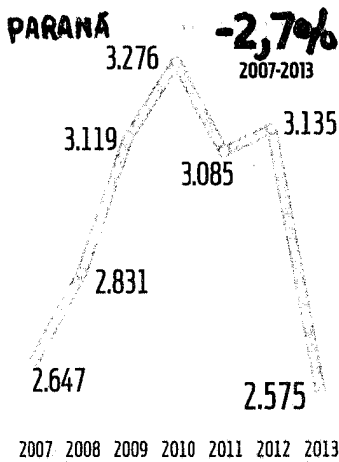
GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

MELHOR TAXA HISTÓRICA

2013 pode representar um marco importante para estabelecer um caminho definitivo para derrubar os números de homicídios no estado. Ano passado conseguiu atingir a melhor taxa de homicídios desde 2007, quando os dados começaram a ser divulgados pelo governo estadual.

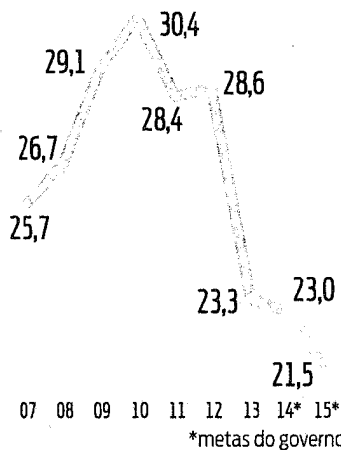
Os homicídios caíram no Paraná pela segunda vez em três anos. Na última semana, a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) apresentou a taxa de assassinatos, que chegou a 23,3 por 100 mil habitantes, o melhor índice desde 2007. Também foi a terceira vez consecutiva que os homicídios de Curitiba diminuíram. O ano passado terminou com 2.575 homicídios dolosos em todo estado, 18% a menos que em 2012.



“Não existe uma estratégia principal. Além das UPSs, o reaparelhamento das polícias propiciou um incremento que resultou em prisões, apreensões. Todas as ações acabaram impactando na redução dos crimes”, afirmou o secretário da Segurança, Cid Vasques, durante a divulgação dos números.

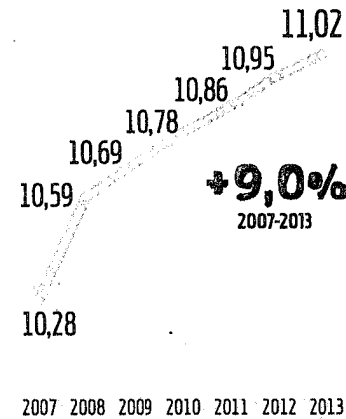
TAXA DE HOMICÍDIOS NO PARANÁ

Por 100 mil habitantes



CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DO ESTADO

Em milhões de habitantes



Procurada para comentar o levantamento sobre a sensação de segurança da população, a Sesp não falou sobre a pesquisa, mas informou que o combate à criminalidade tem sido feito com ações efetivas. De acordo com a assessoria de imprensa da pasta, o programa Paraná Seguro está colocando em prática a reestruturação e a modernização das polícias.

Investimento

Além disso, a nota da assessoria explica que foram incorporados 3.127 novos policiais em todo o Paraná. Mais 2.223 policiais militares e 210 bombeiros fazem o curso de formação, segundo o texto, além de lembrar que mais de mil viaturas foram compradas.

A Sesp reforça ainda que implantou um novo conceito de policiamento comunitário com as Unidades Paraná Seguro (UPS). A secretaria informa que os números de crimes contra o patrimônio serão divulgados nas próximas duas semanas. (DR)

Fonte: Sesp. Infografia: Gazeta do Povo.

GAZETA DO POVO

Friedmann
Wendpap

Questão singela

20 JAN 2014

Orolezinho de multidão nos centros comerciais de algumas cidades brasileiras se tornou objeto de acirrados debates socioantropoideológicos. As mídias sociais, com a perfunctoriedade congênita, explodiram em críticas *ad hominem*, ao estilo *J'accuse*: você é elitista, racista, conservador, reacionário, caretão. Inundação de adjetivos em deserto de substantivos. Indicadores enrijecidos revelam preconceitos obliteradores da inteligência, complicando o debate em torno de questão singela.

Somos equipados pela natureza com o medo da multidão: um boi não assusta, uma boiada espalha pânico. Sabemos, instintivamente, que o comportamento multitudinário difere do individual e, de regra, para pior. A brutalidade grupal é largamente estudada, inclusive no que tange a condutas durante guerras. Assim, o medo que os de fora da multidão sentem é natural, e não produto de cultura discriminatória contra pobres, jovens, mal-vestidos, de outra cor, raça, religião, opinião política. Confundir medo com discriminação e desconhecer a potencialidade explosiva de multidão sem organização é negar a natureza humana. Basta se lembrar de junho de 2013.

Quem teve medo não deve ficar com remorso por atitude "socialmente incorreta". Agiu como faria qualquer humano, desde os primórdios, em posição semelhante. A alternativa, nessas situações limítrofes, é também se tornar algoz. Como a decisão é individual, sem a desumanização instigada pela pressão coletiva, a maioria prefere se defender na posição de presa, não predador, e foge.

Os comerciantes que baixaram as portas agiram como qualquer homólogo em comércio de rua protegendo o patrimônio da possibilidade de dano decorrente de algum estopim de agressividade coletiva. De novo, mas não de modo anáfaro, os lojistas foram vítimas, não algozes.

Há discussões jurídicas sobre o acesso aos centros comerciais. Data vênua, os shoppings são áreas particulares, tal como as galerias Suissa, Tijucas ou Lustosa. Tanto que ceram os portões à noite. A rigor,

os corredores de granito são espaço particular e o proprietário singular ou plural pode excluir ou incluir. Óbvio: como qualquer direito, há limitações, mas essas tocam a aspectos da dignidade humana, pelos quais não há direito a incluir ou excluir a partir da individualidade. Não é juridicamente correto proibir a entrada de altos ou baixos, brancos, negros, asiáticos, cristãos, muçulmanos, eleitores desse ou daquele partido. Contudo, há liberdade para opção empresarial que leve a exigir agendamento, cadastro, pagamento de ingresso para entrar no shopping ou limitação da quantidade de pessoas.

É de se ressaltar que os participantes do rolezinho não são pobres nos moldes das cartilhas de esquerda. Nenhum famélico ou andrajoso. Ao contrário, gordinhos e bem vestidos dentro do padrão "bandido desencanado" que as calças sem cinto querem denotar. O flash mob foi viral que transitou entre milhares de telefones caros que acessam internet. Coisa de pobreza relativa, não absoluta.

Não há revolução em marcha, apenas um dos efeitos da massificação da capacidade de comunicação propiciada pelas novas tecnologias. O mundo é aldeia digital.

GAZETA DO POVO

» SUPREMO

Lewandowski assume o STF, mas não deve assinar prisão de João Paulo

20 JAN 2014

! A partir de hoje, o comando do Supremo Tribunal Federal (STF) passará provisoriamente às mãos do ministro Ricardo Lewandowski, vice-presidente da corte. No mesmo dia, o titular do cargo, ministro Joaquim Barbosa, embarca para a Europa, onde cumprirá agenda oficial.

Lewandowski ficará responsável por decidir questões urgentes até 2 de fevereiro. No dia 3, o recesso forense termina e Barbosa retoma o posto. Uma das pendências deixadas pelo presidente é o mandado de prisão do deputado João Paulo Cunha (PT-SP), condenado no processo do mensalão. Em tese, Lewandowski poderia mandar o petista para a cadeia, mas deve deixar a missão para ser executada por Barbosa, em fevereiro.

O presidente do tribunal chegou a decretar a prisão de João Paulo, mas não formalizou o documento a ser entregue à Polícia Federal para que a ordem seja cumprida. Segundo o STF, não houve tempo hábil de deixar o mandado de prisão pronto antes de Barbosa sair de férias, no dia 7. João Paulo está em liberdade, aguardando a decisão.

Quando voltar de viagem, o presidente do STF também deverá decidir se manda prender o ex-deputado Roberto Jefferson (PTB), outro condenado no processo do mensalão, ou se determina o cumprimento da pena dele em regime domiciliar, devido à condição frágil de saúde do ex-parlamentar. Jefferson também aguarda a decisão em liberdade.

Palestras

A partir de hoje e até o próximo dia 30, Barbosa realiza palestras em Paris e Londres. O ministro receberá 11 diárias, no valor total de R\$ 14.142,60, enquanto estiver na Europa.

A primeira palestra do presidente do Supremo está marcada para a quarta-feira, em Paris. No dia seguinte, ele tem encontro com a ministra da Justiça francesa, Christiane Taubira e na sexta-feira é convidado de honra em seminário organizado pelo professor Dominique Rousseau na Universidade de Paris. A viagem para Londres está prevista para o dia 27, com retorno no dia 29.

NOTAS POLÍTICAS

Celeridade

Nos próximos dias, a ação da OAB pedindo o fim da aposentadoria de ex-governadores do Paraná completa dois anos sem qualquer resultado. A liminar foi negada pela ex-ministra Ellen Gracie, que já se aposentou. Agora o caso está com a ministra Rosa Weber, mas ainda sem novidades.

A defesa de Marta Suplicy

Condenada por improbidade administrativa pela 1ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, a ministra da Cultura Marta Suplicy anunciou que recorrerá da sentença. Marta pode ter direitos políticos cassados por três anos e ser obrigada a devolver salários que recebeu como prefeita de São Paulo entre 2001 e 2004. A Justiça entendeu que a ex-prefeita e a ex-secretária de Educação firmaram irregularmente contrato de R\$ 373 mil com uma ONG em 2002.

20 JAN 2014

GAZETA DO POVO

»» PRESÍDIOS

Maranhão vai contratar mais agentes, mas categoria ameaça greve

O secretário da Gestão e Previdência do Maranhão, Fábio Gondim, anunciou neste fim de semana a nomeação de 80 novos agentes penitenciários no estado. Os concursados já foram convocados para o curso de formação, que começa no dia 17 de fevereiro na capital, São Luís.

Por meio de nota no Facebook, o secretário admitiu que os futuros agentes “esperaram muito” para a nomeação. O edital do concurso, encerrado em abril de 2013, previa a contratação de 41 agentes. Gondim afirmou que outras nomeações, além das 80, ainda podem ocorrer.

As nomeações foram divulgadas após denúncia do sindicato dos agentes penitenciários do Maranhão, que aponta que, em meio a crise no complexo penitenciário de Pedrinhas, o governo pretende retirar os agentes de segurança que atuam dentro dos presídios da capital, substituindo-os por funcionários terceirizados.

O sindicato organiza uma assembleia para a próxima quarta-feira e não descarta uma paralisação. A Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária, porém, negou esvaziamento nas unidades.

Para o presidente do sindicato, César Lopes, conhecido como César Bombeiro, o anúncio se trata de “mais uma demagogia do governo do estado”. Ele afirma que a agenda do sindicato não mudou com o anúncio e que em assembleia a categoria irá discutir uma possível greve.

O presidente do sindicato afirma que os novos concursados só devem começar a trabalhar depois de maio, já que precisam antes concluir o curso de formação.

Desde o estouro da violência no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, na segunda semana de janeiro, a Polícia Militar e a Força Nacional ajudam na contenção dos presos.

MUTIRÃO

Na próxima segunda-feira, dia 27, um grupo de juízes, promotores e defensores públicos começa a organizar um mutirão de análise de processos de detentos de Pedrinhas. Meta é ter um raio-X da situação, a partir do trabalho de 21 defensores públicos, até abril. Outros 31 defensores de outros estados devem ajudar.

18 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

Apurações cerceadas

Resolução do TSE que limita a atuação de promotores e procuradores nas eleições deste ano em nada colabora para garantir lisura do pleito

Estão novamente sob risco os poderes de investigação do Ministério Público. Depois de enterrada, sob pressão das manifestações de junho, a proposta de mudar a Constituição a fim de limitar a atuação do órgão na esfera criminal, decidiu-se, por outras vias, impor a promotores e procuradores restrições no campo eleitoral.

O freio foi colocado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No final de dezembro, o colegiado aprovou resolução, sugerida pelo ministro José Antonio Dias Toffoli, que obriga o Ministério Público a obter autorização judicial para abrir inquéritos policiais sobre crimes eleitorais cometidos neste ano.

Toffoli, que presidirá o TSE a partir de maio, vê na chancela da Justiça um meio de tornar as investigações mais transparentes.

O efeito da norma será outro. Pouco fará contra inquéritos movidos por interesses escusos, mas criará embaraços burocráticos generalizados e prejudicará a agilidade na coleta de provas, atrapalhando toda e qualquer apuração.

De acordo com o juiz Márlon Reis, um dos líderes do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, essas dificuldades são de tal monta que poderiam inviabilizar a averiguação de condutas irregulares.

Por essa razão, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu para o TSE alterar a regra; se isso não ocorrer, pretende recorrer ao Supremo Tribunal Federal.

Há bons argumentos a sua disposição. O artigo 129, inciso VIII, da Constituição estabelece como função institucional do Ministério Público “requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial”, sem mencionar necessidade de autorização prévia.

É assim que tem funcionado na Justiça criminal. A resolução do TSE, portanto, cria, sem qualquer base jurídica, uma norma válida somente para crimes eleitorais.

Ilícitos graves para o funcionamento da democracia, como a compra de votos, fraudes no alistamento e o uso da máquina administrativa, podem ser apurados com o auxílio do Ministério Público.

Criar regras procedimentais claras é a melhor maneira de coibir eventuais abusos por parte de promotores e procuradores.

Descartar, em parte ou integralmente, a expertise que acumularam na seara eleitoral, porém, é medida que carece de fundamento e em nada colabora para garantir a realização de um pleito sem irregularidades —o que é obviamente do interesse de toda a sociedade.

Por ironia, talvez o melhor argumento contra a medida do TSE seja o fato de ela ter sido bem acolhida por políticos dos principais partidos do país. Nesse tocante, não há diferença de opinião entre governistas e membros da oposição.

18 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

O procurador achou

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmou ao STF que “há, sim, fortes indícios de existência do esquema de pagamento de propina da Siemens a agentes públicos vinculados ao Metrô de São Paulo”. A afirmação está em despacho enviado ao ministro Marco Aurélio Mello no último dia 7. Janot pediu acesso a depoimentos da investigação sobre o cartel que agia em governos do PSDB em São Paulo. Esta é sua primeira manifestação sobre o caso, que corre em sigilo.

Casa de ministro do STF é furtada por jovens em Brasília

DE BRASÍLIA - Quatro adolescentes com idades entre 12 e 16 anos foram apreendidos após furtarem a casa de Gilmar Mendes, um dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), ontem em Brasília.

Por volta das 18h, os jovens entraram no local e furtaram dois coletes salva-vidas.

Após perceberem que o local havia sido invadido, seguranças encontraram os adolescentes nadando no Lago Paranoá, que fica próximo à casa do ministro.

A assessoria do STF informou que Mendes, que estava em São Paulo no momento do furto, não irá comentar o caso.

18 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

Justiça proíbe tabelamento do preço da praticagem no Brasil

Comissão do governo federal pretendia reduzir custos portuários

A Justiça determinou que o governo federal não pode tabelar os preços cobrados pelos serviços de praticagem nos portos brasileiros.

Práticos são aqueles que auxiliam na manobragem dos navios nos portos, evitando acidentes ou atrasos.

O assunto opõe entidades como o Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítimas (Syndarma) e a Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Abremar), de um lado, que pedem redução dos custos com praticagem, e o Conselho Nacional de Praticagem (Conapra), de outro.

Foi o Conapra que entrou com o mandado de segurança pedindo a suspensão dos trabalhos da Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem (CNAP), criada em dezembro de 2012 pelo governo federal para criar preços máximos para o setor.

O argumento aceito pela Justiça Federal do Rio de Janeiro é que o tabelamento não é possível porque a praticagem é uma atividade privada.

“Não é uma concessão. É um serviço privado que exige investimentos altíssimos, em lanchas, no equivalente à torre de controle, em equipamentos”, diz Jaime Machado, advogado do escritório Rodrigues Barbosa, Mac Dowell de Figueiredo, Gasparian, que representa o Conapra.

Há divergência até sobre o quanto ganha hoje um prático. Enquanto seus clientes citam até R\$ 200 mil mensais, os representantes dos práticos dizem que a remuneração real média é de R\$ 30 mil por mês.

Há ainda divergência sobre o impacto dos preços no custo de produzir no país.

As empresas de navegação afirmam que o custo da praticagem, que estaria entre os mais altos do mundo, reduz a competitividade do país. O Conapra diz que isso não é verdade — a praticagem representaria uma fração pequena do frete, este, sim, elevado.

Pela legislação, grandes embarcações não podem se mover num porto sem esses profissionais. Para trabalhar na função, é necessário ser aprovado em concurso organizado pela Marinha.

18 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

Pré-candidato em SP, Kassab não favoreceu Controlar, decide juiz

Ministério Público pode recorrer da sentença, que considerou legal reativação de contrato 11 anos depois

“Sempre disse que confiava na Justiça; Ministério Público estava errado”, afirmou o ex-prefeito da capital

EDUARDO GERAQUE
DANIELA LIMA
DE SÃO PAULO

O ex-prefeito Gilberto Kassab (PSD) foi absolvido da acusação de ter beneficiado a empresa Controlar, responsável pela inspeção veicular da cidade de São Paulo até 31 de janeiro. O Ministério Público pode recorrer, mas ainda não se pronunciou.

Pré-candidato ao governo paulista, Kassab responde a processo na Justiça sob a acusação de ter favorecido a Controlar, concedendo a ela o direito de explorar o serviço em 2007, 11 anos depois de a empresa vencer a licitação na gestão de Paulo Maluf (PP).

O juiz Luiz Raphael Valdez considerou legal a validação do contrato e o argumento de que a Controlar só não assumiu o serviço antes porque foi impedida por recursos judiciais e administrativos.

O ex-presidente da Controlar, Ivan Pio de Azevedo, réu na mesma ação, também foi absolvido pelo juiz.

A sentença saiu anteontem, dia em que veio à tona o depoimento de uma testemunha que acusa Kassab de receber dinheiro (“uma fortuna”) da Controlar.

A testemunha prestou depoimento ao Ministério Público na investigação da máfia do ISS municipal.

Não há indícios que os dois casos, embora envolvam a mesma empresa, tenham ligação (leia mais abaixo).

Sobre a absolvição, Kassab, Kassab disse que ela comprova que as suspeitas levantadas contra ele estavam “erradas”.

“Sempre disse que confiava no Poder Judiciário e a decisão está aí. O Ministério Público tinha dúvidas, suspeitas. A Justiça provou que ele estava errado”, afirmou.

Em relação às denúncias de recebimento de propina, o ex-prefeito classificou as afirmações da testemunha como “falsas e fantasiosas”.

Caso o Ministério Público recorra, como é provável que aconteça, o processo deve ser

analisado pela segunda instância da Justiça do Estado de São Paulo.

Os promotores que denunciaram o ex-prefeito à Justiça sustentam que a licitação validada por Kassab transcorreu de forma ilegal.

A tese da promotoria é que o ex-prefeito modificou as regras do jogo para favorecer exclusivamente a Controlar.

Segundo o Ministério Público, Kassab deveria ter realizado em 2007 nova licitação para a inspeção veicular na capital, em vez de reativar um antigo contrato de 1996.

Os promotores alegam que a Controlar, à época, não tinha técnicos em número suficiente, área para a instalação dos centros de inspeção e capital para garantir que ela cumpriria o contrato.

Na sentença, o juiz afirma que depois de ler todos os documentos e ouvir várias testemunhas, “não se vislumbra na conduta praticada pelo réu Gilberto Kassab qualquer modificação ou concessão de vantagem indevida ao concessionário [Controlar]”.

O contrato da Controlar foi cancelado pela gestão atual, de Fernando Haddad (PT).

18 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

MINHA HISTÓRIA FABIANA DA SILVA, 35

FÉRIAS NA CARROÇA



Fabiana Silva, 35, leva o filho e os sobrinhos na carroça que usa para catar materiais na região central de São Paulo

RESUMO Moradora da favela do Moinho (na região central de São Paulo) e mãe de três meninos, Fabiana da Silva, 35, é conhecida como a “catadora do som”. Carregando uma carroça com o filho caçula e sobrinhos, ela procura o sustento da família no lixo do “ricos”. Ex-usuária de crack, passou pela antiga Febem quatro vezes e teve o primeiro filho na cadeia. Hoje, escreve o livro da sua vida e espera, com a venda, sair da favela.

Sem ter quem cuide do filho e dos sobrinhos durante o recesso da creche, catadora carrega as crianças pelas ruas de São Paulo

CONTINUA

18 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

(...)*Depoimento a*

MARINA GAMA CUBAS
DE SÃO PAULO

Estou escrevendo o livro da história da minha vida. Meu sonho é ganhar um dinheiro com ele para dar entrada em uma casinha e conseguir sair da favela do Moinho.

Enquanto não acabo de escrever, sustento a família catando o lixo dos ricos.

O pessoal aqui na região da Santa Cecília [região central de São paulo] me conhece como a "moça com a carroça com som". A música me distrai. Gosto de música gospel, mesmo não indo à igreja.

Cato coisas no lixo, mas não peço esmola.

Já pedi muito, mas já faz muito tempo. Eles te humilham, te xingam, te chamam de vagabunda. Prefiro abrir o lixo e caçar minhas coisinhas para ganhar um dinheiro.

Não peço nem uso as crianças para isso. Meu menor e meus três sobrinhos agora andam comigo porque as creches estão de férias e não dá pra deixá-los com o meu mais velho, de 13 anos, porque ele não cuida deles direito.

Levar as crianças atrapalha um pouco porque fica mais difícil, pesado, e diminuiu a busca. Tem que ser forte.

Na escola de um dos meus sobrinhos, até falaram que tinha a opção de levá-los para outra creche aberta nas férias, mas era lá perto da avenida do Estado. Não tem como ir até lá.

Na creche do meu menor, não teve opção. Fecharam em dezembro e só abrem agora no começo de fevereiro.

Creche particular não dá. É muito caro. Quem sabe depois de terminar o livro.

Tem um pessoal que está me ajudando a escrevê-lo. O

mesmo que me tirou das ruas, das drogas. Eles me internaram, insistiram em mim.

Deixei a casa da minha mãe aos nove anos. Na rua, onde vivi até os 23, aprendi tudo de ruim que existe nela. Descobri o crack. Descobri o crime. Roubei. Furtei. Fui internada quatro vezes na Febem [hoje, Fundação Casa].

Com 21 anos, fui presa por um roubo que eu não cometi. Não que eu fosse santa. Já fiz muita coisa errada, mas daquela vez não tinha feito.

É aquela coisa: um dia Deus castiga. Cumpri um ano e cinco meses de prisão sem dever. Conheci dentro da cadeia o dia mais feliz e o mais triste de minha vida.

O mais feliz foi ter meu primeiro filho. Só quem é mãe sabe a emoção que é. Quando ele decidiu nasceu, me levaram para o hospital, e tive complicações no parto. Foi muito difícil.

Em seguida, veio a parte triste. Fiquei só um dia com meu menino. Depois levaram ele pra um abrigo e eu, de volta pra prisão. Só voltei a vê-lo 11 meses depois, quando terminei de cumprir a pena.

Ainda não sei quando meu livro ficará pronto. Dizem que pode ser em um ano. Vamos ver. Tenho fé em Deus que vai dar tudo certo.

Depois da prisão, aprendi a ter mais respeito pelas coisas. E mais medo também.

Ensino aos meninos que a gente tem que trabalhar, suar pra conseguir as coisas.

Conheço família que vive de pedir, de geração em geração. Os filhos acabam seguindo esse caminho. É feio.

Papelão e latinha rendem muito pouco, R\$ 15 no máximo por dia. Tiro minha renda mesmo das outras coisas que encontro no lixo.

Com sorte, até consigo tirar R\$ 250 em um dia. Acontece quando passo por Higienópolis [bairro nobre] e encontro um móvel bom. Aí, peço e vendo na favela mesmo.

Viver no Moinho não é ruim, mas tem muito perigo de fogo. A gente que tem filhos fica com medo.

19 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

O Maranhão de verdade

FLÁVIO DINO

Em artigo nesta **Folha**, a governadora Roseana Sarney sustenta que o Maranhão é um Estado rico e que vai muito bem (“O Maranhão de verdade”, 12/1).

De fato, o Maranhão tem muitas riquezas, mas isso não se reflete na qualidade de vida de grande parte da população, como revelam os indicadores sociais do nosso Estado.

Esse é o paradoxo maranhense que a crise na segurança pública sublinhou para todo o Brasil.

Temos um extenso território cortado por ferrovias e rodovias. Diferentemente de outros Estados do Nordeste, há água abundante em rios e lagos. Nosso litoral é o segundo maior do Brasil, propício à pesca em grande escala.

O complexo portuário maranhense está localizado próximo aos principais mercados consumidores do mundo, o que aumenta a sua competitividade. A agricultura e a pecuária são intensamente exploradas em nossas terras.

Nosso potencial para o turismo é reconhecido por todos, por exemplo com a beleza única dos Lençóis Maranhenses. Somos a terra de Gonçalves Dias, Ferreira Gullar, Nauro Machado e Zeca Baleiro, do bumba

O choque entre o potencial rico e a pobreza abundante é o triste retrato do Maranhão de verdade. Quem está no topo do regime está desorientado

meu boi e de centenas de outros valiosos grupos culturais.

No entanto, o Maranhão frequenta assiduamente as piores posições em todos os rankings de medição da qualidade de vida. Os maranhenses são atendidos pelo menor número de médicos e de policiais por habitante do país.

Entre 2009 e 2013, o Maranhão seguiu o caminho inverso do Brasil no quesito educação. O número de analfabetos cresceu no Estado, passando de 19% dos maiores de 15 anos para 20,8% nessa faixa etária.

Essas contradições entre o potencial riquíssimo e a pobreza abundante é o triste retrato do Maranhão de verdade. Após 50 anos de mando, os que estão no topo desse regime estão desorientados e descolados da realidade.

Nada mais revelador do que o governo do Estado comprar toneladas de lagostas, camarões e caviar, com-

plementadas por champanhes e uísques importados, para o consumo dos altos escalões do poder enquanto bárbaras cenas nos presídios maranhenses são veiculadas pelo mundo inteiro e as famílias ainda choram por seus parentes.

É fundamental compreender que há direta conexão entre os problemas sociais e a configuração da política maranhense. O patrimonialismo praticado no Maranhão é o mais exacerbado da história brasileira.

Isso faz com que os recursos públicos sejam direcionados visando, acima de tudo, à acumulação privada de bens, e essa é a causa principal para que tantas riquezas não se traduzam em serviços públicos minimamente razoáveis.

Essa terrível crise do sistema penitenciário mostra que é urgente virar essa página em nosso Estado, assegurando a igualdade de todos perante a lei, o primado dos direitos fundamentais e a honesta aplicação do dinheiro público. Os valores da República precisam chegar ao Maranhão para que o nosso povo seja rico de verdade. Essa é uma causa que interessa a todo o Brasil.

FLÁVIO DINO, 45, ex-deputado federal (PC do B-MA) e ex-juiz federal, é presidente da Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo)

19 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

Rolezinho: breve rolê histórico

ANTONIO PRATA

**Cabral chegando à Bahia com
aquele bando de marmanjo,
atrapalhando o lazer dos
índios; é ou não é 'rolezinho'?**

ESTA FOI uma semana temática: o aumento dos juros, Cauã Reymond e os bigodes ensanguentados de Sir Ney foram todos pisoteados pelos Mizunos dos funks da periferia. A curiosidade é geral: "rolezinho" é do bem? "Rolezinho" é do mal? "Rolezinho" é baderna? "Rolezinho" é cultural? O "Rolezinho" de um termina onde começa o Rolezinho do outro? Ou versa-vice?

Para respondermos a essas perguntas, é preciso compreender, antes de mais nada, que não se trata de um fenômeno recente. Muito pelo contrário. O que foi, afinal de contas, o fuzuê de Jesus contra os vendilhões? O nazareno chegou ao templo de Jerusalém montando um jumentinho (praticamente um Chevette, pra época), trazendo na cola uma ruidosa multidão da periferia (Jericó, Betel e outras quebradas), "expulsou a todos que ali vendiam e compravam; também derubou as mesas dos cambistas e as cadeiras dos que vendiam pombas" (Mateus, 21:12-17). Se os centuriões dispusessem de cruces de borracha e coroas de espinho de efeito moral, Roma talvez durasse mais uns três ou quatro séculos.

Esqueçamos Átila, os Godos, Visigodos e Germânicos —nosso espaço é curto— e saltemos 1500 anos: Cabral chegando à Bahia com aquele bando de marmanjo, atrapalhando o lazer dos índios que só queriam passear com a família; é ou não é "rolezinho"? "Rolezaum", na verdade, dada a distância percorrida. Dizem que, depois dos primeiros atos de vandalismo (paus-brasil eram derrubados como se

fossem orelhões), os pataxós tentaram entrar com uma liminar, mas a Justiça da época era avançadíssima e já estava do lado dos poderosos, de modo que não apenas negou o pedido como o inverteu; os índios é que foram acusados de "rolezinho" nas terras de El Rey.

Ainda que, sob certa perspectiva, a história do mundo se confunda com a história do "rolezinho", foi no século 20 que ele aflorou em todo seu esplendor. (É sabido que Eric Hobsbawn, na sua obra mais famosa, ficou em dúvida entre os títulos "Era dos Extremos" e "Era dos Rolês".) O rol dos grandes promotores de "rolezinhos" inclui de Mahatma Gandhi aos Beatles, de Rosa Parks (a moça afrodiferenciada que, em 1955, sentou no assento de ônibus reservado a brancos, no Alabama) ao Roger, do Ultraje a Rigor ("Nós vamos invadir sua praia"), dos hippies à Gaviões da Fiel, que em 1976 promoveu a "Invasão Corinthiana" ao Rio de Janeiro.

Diante da reaparição do fenômeno, tem muita gente preocupada: o "rolezinho", em sua forma atual, veio para ficar? Caso a resposta seja positiva: áreas VIP dariam conta de recolocar cada um em seu lugar ou será necessária a construção de novos shoppings dentro dos shoppings? Eu diria ao leitor mais aflito que não se preocupe, pois a prefeitura apareceu com uma ótima solução: que os encontros sejam feitos não mais dentro dos estabelecimentos, mas nos estacionamentos. É a ideia mais brilhante diante de um

"rolezinho" desde que Maria Antônia sugeriu aos que não tinham pão que comessem brioques. Como se sabe, sem pão, brioques ou opções de lazer na periferia de Paris, a galera foi toda zoar na Bastilha.

19 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

ELIO GASPARI

SUPERPODERES

A ministra Cármen Lúcia abriu mão de incorporar aos seus poderes o da ressurreição.

Caiu-lhe na mão um pedido de habeas corpus para uma traficante de drogas condenada a quatro anos de prisão.

O habeas corpus foi pedido em outubro de 2013, mas senhora morrera em 2010.

Aviso aos navegantes: desde o dia em que chegou ao STF, há oito anos, Cármen Lúcia mantém um diário, registrando inclusive seus solilóquios durante as sessões da corte.

JOSÉ SIMÃO

'Senadores fazem inspeção em Pedrinhas'. E ninguém se lembrou de trancar a porta por fora?

PAINEL

Uma vez Flamengo Dilma nomeou o advogado Flávio Willeman juiz do TRE do Rio. Ele é vice-presidente jurídico do Flamengo.

19 JAN 2014
FOLHA DE S. PAULO
O solitário do mensalão

JANIO DE FREITAS

Único a citar companheiro
de partido em depoimento,
Pizzolato foi isolado pelo
PT ao longo do processo

NA CPI que se ocupou do chamado mensalão, foi o depoente mais inseguro, titubeante, no próprio rosto o rito do medo, senão pânico mesmo. Até muito mais do que o outro sufocado pela insegurança, Marcos Valério. Foi o único, também, a citar companheiro de partido e de governo de modo a transferir responsabilidades que lhe cobravam.

Já consumadas as condenações, participei de uma mesa de conversa sobre o processo, no Sindicato dos Advogados do Rio. À chegada, Henrique Pizzolato me esperava na saída do elevador, com a mulher. Trazia uma pasta para me entregar, com documentos dados como comprovantes da realização de trabalhos, pela agência de Valério, negados na acusação do Ministério Público e pelo relator Joaquim Barbosa. A votação da maioria, no Supremo Tribunal Federal, acompanhou a negação.

A tibieza de Pizzolato me impressionou. Quem falou foi sua mulher, um ou dois minutos. Não consegui dizer mais do que os cumprimentos, fixado na imagem de Pizzolato. Mais tarde, registrei parte do indicado pelos documentos, em princípio mais convincentes do que a acusação aparentemente mais fundada no desejo de acusar e condenar do que em fatos e provas bem apurados.

A fuga do casal Pizzolato não significou admissão de culpa. É natural o desejo de evitar a prisão, facilitado, no caso, pela dupla nacionalidade do condenado. Mas um por menor ficou, para mim, como indagação cuja resposta poderia ser valiosa, diante de tanta coisa mal ex-

plicada, ou inexplicada, no processo e nas intervenções do julgamento. Os petistas, tanto os envolvidos no processo como os outros dirigentes, puseram Pizzolato à parte. É dele esta queixa, registrada por um dos seus defensores fora do tribunal: "O PT me abandonou".

Por quê? Mais uma vez, Pizzolato foi o único. E não poderia faltar um motivo importante, a ponto de ser significativo para tantas pessoas que com ele conviveram em duradoura confiança, e o prestigiaram em indicações para cargos disputados. O que constatei ou deduzi a respeito não confirma nem conflita com a notícia, do "Estado de S. Paulo", de uma conta na Suíça com possível movimento pelo foragido Henrique Pizzolato. Mas permite a convicção de que no rastro desse fato há numerosas consequências enfileiradas, capazes de mudar muitos aspectos estabelecidos sobre o chamado mensalão.

DEVERES EM FALTA

A propósito de nota aqui publicada, o governo gaúcho acusa o juiz da 1ª Vara de Execuções Criminais de difundir dúvida, sem provas, sobre perícias que indicaram doenças como causa de mortes no Presídio Central, em Porto Alegre. O juiz, a rigor, não precisa apresentar provas para lançar a suspeita, bastam-lhe indícios. Além disso, a cobrança da Comissão Interamericana de Direitos Humanos ao Brasil não trata só de mortes, mas também das condições carcerárias calamitosas no Presídio Central. E o governador Tarso Genro continua devendo explicações ao país.

Em tema paralelo, o desembargador Rogério Medeiros Garcia de Lima, de Belo Horizonte, em mais uma mensagem ao Painel do Leitor diz-se "cético sobre discursos de defensores dos 'direitos humanos só para criminosos'". Não indica o autor da citação que faz. Mas, na sequência, diz: "Não concordo com todas as posições de Janio de Freitas", conexão que sugere minha autoria da proposta "só para criminosos". Eu nem precisaria desmentir-la, mas o desembargador precisa, por dever ético, indicar a autoria de citações que faz. Jamais vi ou ouvi a frase por ele apresentada.

Já que, diz também, seu ceticismo vem do seu "desamparo na resolução de problemas relativos a presos e menores infratores", aí estaria fortíssima razão para defender os direitos humanos de presos, e não para sua posição oposta. Ainda mais porque não consta, na legislação brasileira, que a expressão direitos humanos leve o adendo "exceto para presos e infratores".

19 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

Caixa sofre fraude milionária da Mega-Sena

Quadrilha abre conta para receber prêmio falso de R\$ 73 milhões e transfere dinheiro; suplente de deputado é preso

Segundo a PF, banco disse se tratar da maior fraude em sua história; gerente de agência no TO também é preso

A Polícia Federal desencadeou ontem uma operação em três Estados para desarticular uma quadrilha que fraudou a Caixa Econômica Federal em mais de R\$ 70 milhões no fim do ano passado.

Segundo a PF, o banco disse se tratar da maior fraude já sofrida em sua história.

Foram expedidos cinco mandados de prisão preventiva, dez mandados de busca e apreensão e um mandado de condução coercitiva (quando o suspeito é obrigado a depor na delegacia) em Goiás, no Maranhão e em São Paulo.

Entre os investigados está o suplente de deputado federal Ernesto Vieira Carvalho Neto (PMDB-MA). Ele foi preso na tarde de ontem numa estrada no Maranhão.

Segundo a PF, Carvalho Neto tentou fugir e foi capturado em um cerco feito com o apoio de policiais militares.

Ele adquiriu um avião de pequeno porte há menos de um mês, e a PF suspeita que a compra tenha sido feita com dinheiro da fraude.

A Folha não conseguiu

contato com a Câmara dos Deputados nem com a assessoria do suplente.

A fraude, segundo a PF, consistiu na abertura de uma conta-corrente na agência da Caixa em Tocantinópolis (TO), em nome de uma pessoa fictícia, para receber um prêmio falso da Mega-Sena no valor de R\$ 73 milhões. O dinheiro foi transferido em seguida para outras contas.

O gerente-geral da agência é suspeito de envolvimento e foi preso em dezembro.

Os investigados devem responder pelos crimes de peculato (desvio de dinheiro público por funcionário do Estado), receptação majorada (de bem público), formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. As penas podem chegar a 29 anos de reclusão.

A Caixa afirmou que acionou a polícia assim que a fraude foi percebida. O banco já bloqueou as contas e recuperou 70% do dinheiro.

O agente da PF Jorge Apolônio Martins disse que essa foi a quarta vez que o golpe foi aplicado no Brasil.

Em geral, o gerente da Caixa é cooptado pela quadrilha e confirma o recebimento do prêmio, transferindo o valor para a conta dos fraudadores.

A quadrilha está espalhada pelo Brasil, segundo a PF, que batizou a operação de Êskhara, nome que vem do grego e significa "escara", uma ferida que nunca se cura.

19 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

CARLOS NESTOR CONY

Deus

RIO DE JANEIRO - A pergunta fundamental, a única que realmente é pergunta, pois todas as demais são respostas disfarçadas, é a da existência de Deus. Se Deus existe ou não, é problema da filosofia. Se eu creio ou não em Deus, é o meu problema.

Ao terminar um romance coloquei na boca de um personagem a frase que podia ser minha: "Deus acabou". Friso: não fiz o personagem afirmar: "Deus não existe". Ou: "Não creio em Deus". Faça-o dizer como eu mesmo me digo nas horas de angústia e tédio: Deus acabou.

Nos idos do passado, fui participar de um programa de TV apresentado por Ary Barroso, que mantinha uma espécie de debate sobre determinado assunto. Fui lá com o Austregésilo de Athayde debater a emocionante questão: Deus existe? Austregésilo defendeu a afirmativa, a mim coube defender a negativa.

Evidente, discutiu-se uma tese e não um problema pessoal. Ressuscitamos velhas questões, os argumentos de causalidade, os cinco famosos argumentos de São Tomás, a tese da realidade manifesta. O debate foi erudito e não se chegou a nenhuma conclusão. Athayde saiu de lá crendo, eu saí não crendo e Ary Barroso saiu ora crendo, ora não crendo.

Posso hoje confessar: não fui sincero naquele programa. Não que realmente acredite em Deus, mas escamoteei meu verdadeiro pensamento. Não me interessa saber se Deus existe ou inexistente. O que importa é que Deus acabou para mim. Tive Deus e gastei Deus demais. Fui um perdulário de Deus. Errei nos meus cálculos. Gastei demasiadamente um capital inesgotável. Ora, cada um de nós tem uma determinada quota de Deus. Meu capital não era tão grande como pensava, e gastei muito e depressa.

Como o filho pródigo, fui impaciente e me atirei a gozar a fundo. Um dia, amanheci pobre e nu, disputando com os porcos os restos de comida que sobravam da mesa dos mais prudentes.

20 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

JUDICIÁRIO

LEWANDOWSKI ASSUME HOJE PLANTÃO DO STF

O vice-presidente da Casa será o responsável temporário por decisões em casos urgentes. Ele substitui a ministra Cármen Lúcia, na função desde que o presidente Joaquim Barbosa saiu em férias, no último dia 7.

PAINEL

A postos O ministro Ricardo Lewandowski, que assume hoje interinamente a presidência do Supremo Tribunal Federal, não pretende desfazer decisões monocráticas de Joaquim Barbosa. Mas vai deliberar a respeito de pedidos novos que chegarem à corte, incluindo temas relacionados ao mensalão.

Aquecimento Em novembro, com o fim do mandato de Joaquim Barbosa, Lewandowski assumirá a presidência do STF por dois anos. Ele poderá comandar o julgamento do mensalão tucano em Minas Gerais.

Troca-troca O ano terá mais mudanças na cúpula do Judiciário. Em fevereiro, Barros Levenhagen vira presidente do TST. Em abril, Dias Toffoli assume o TSE. Em setembro, Francisco Falcão toma posse no STJ.

20 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

Enxugando gelo e sangue

LUÍS FERNANDO TÓFOLI

A proibição da maconha
suprime benefícios do uso
medicinal e reprime quem não
quer alimentar a criminalidade
plantando a própria erva

Nos últimos dias, a expressão “enxugar gelo” foi usada duas vezes nesta **Folha** para referir-se à atuação do Estado em relação aos problemas gêmeos das drogas e da criminalidade. O curioso é que ela marca duas avaliações opostas da questão.

Em entrevista ao jornal no dia 11, a socióloga Julita Lemgruber diz que a guerra “falida” contra as drogas está ajudando a produzir o caos nos nossos presídios e aumentar a violência ao multiplicar as prisões de pequenos traficantes. “Estamos enxugando gelo”, diz.

No dia 30 de dezembro, o colega psiquiatra Antônio Geraldo da Silva reconhece em artigo que o governo enxuga gelo no combate às drogas. Seu diagnóstico parece ser o de que falta pulso firme ao Palácio do Planalto para vencer essa guerra.

Antes de analisar essa tensão, permita-me contar uma história: não muito tempo antes da legalização da produção e da distribuição de maconha no Uruguai (porte pessoal para consumo já não era crime por lá), eu fui a um bairro da periferia de uma cidade brasileira para orientar ações de saúde mental. Circulando pelo bairro, perguntei a um profissional de saúde que conhecia muito bem a região: “É difícil comprar drogas por aqui?”. A resposta: “Não, doutor. O difícil é não comprar. Está tudo liberado aqui”.

Produz-se, dessa forma, uma situação paradoxal: a maconha, o crack e outras drogas são, ao mesmo tempo, proibidíssimas e completamente liberadas. Essa sobreposição de estados se faz acompanhar de um conjunto nefasto de implicações sociais, penais e sanitárias. Tais consequências são particularmente proeminentes no caso daqueles com maiores riscos: os adolescentes —em especial os pobres.

Ainda assim, o rigor me obriga a apontar que, em seu artigo, Antônio Geraldo da Silva se equivoca na interpretação dos dados da Universidade Federal de São Paulo ao afirmar que “37% dos jovens que usam maconha ficam viciados”. Na verdade, o estudo citado aponta uma estimativa de que 10% dos adolescentes que usaram maconha no ano anterior à pesquisa sejam dependentes. Da mesma forma, ainda inexistem dados científicos que permitam sustentar a afirmativa de Silva de que o número de usuários de crack “dobra a cada dois anos”.

No caso da maconha, a proibição suprime benefícios do uso medicinal, reprime quem não quer alimentar a criminalidade plantando a própria erva e impossibilita a existência de controle e conhecimento sobre teores de canabinoides, algo particularmente importante para diminuir riscos e maximizar benefícios.

O resultado todos conhecemos: o impacto negativo do consumo de drogas sobe, a pressão sobre o SUS também, a violência relacionada ao comércio de drogas ilícitas idem e a população amedrontada dá força a políticos que prometem ainda mais rigor: mais da suposta solução que é, em última análise, o próprio problema. A tragédia do presídio de Pedrinhas é parte dessa equação, como bem aponta Julita Lemgruber.

Quebrar esse círculo vicioso depende, primeiramente, de reconhecer que o cenário atual é insustentável. Depois, é preciso desadjetivar o debate, por assim dizer. Expressões como “droga maldita”, “reféns das drogas” e “exército de zumbis” podem ser boas para explorar o medo dos telespectadores nos programas vespertinos e no horário eleitoral gratuito, mas não ajudam a avançar as políticas públicas.

Para isso é preciso menos preconceito e mais coragem, como a que demonstraram o Uruguai e os Estados americanos de Colorado e Washington ao decidirem regulamentar sem hipocrisia seus mercados locais de maconha.

Essas experiências devem ser avaliadas de forma atenta e desapaixonada no Brasil, em especial neste ano de eleições presidenciais, no qual a tendência dos candidatos é repetir 2010 e endurecer o discurso da repressão na disputa pelo voto conservador.

Enquanto diversos países avançam em direção a uma abordagem distinta da fracassada guerra às drogas, seria muito ruim se a sociedade brasileira condenasse a si própria a passar os próximos anos enxugando gelo —e sangue.

LUÍS FERNANDO TÓFOLI, médico, doutor pela Universidade de São Paulo, é professor de psiquiatria na Universidade Estadual de Campinas

18 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

REGINA BEATRIZ
TAVARES DA SILVA

Destruição da família projetada em lei

O Estatuto das Famílias, que tramita na Câmara dos Deputados (PL 2.285/2007, apensado ao PL 674/2007) e foi reapresentado no Senado em 12/11 (PL 470/2013), com o mesmo conteúdo, embora com roupagem diferente, parte de premissas individualistas, aparentemente baseadas no afeto, mas que pretendem impor em nossa legislação, por meio de engodo linguístico, a devassidão. Essa legislação projeta que as denominadas relações paralelas – expressão enganosa, porque suaviza seu conteúdo de mancebia – sejam alçadas ao patamar de entidades familiares.

Assim, consta do título das Entidades Familiares, artigo 14, *caput*, que “as pessoas integrantes da entidade familiar têm o dever recíproco de assistência, amparo material e moral, sendo obrigadas a concorrer, na proporção de suas condições financeiras e econômicas, para a manutenção da família”. E no parágrafo único do mesmo artigo, que “a pessoa casada, ou que viva em união estável, e que constitua relacionamento familiar paralelo com outra pessoa, é responsável pelos mesmos deveres referidos neste artigo, e, se for o caso, por danos materiais e morais”. Os amantes terão direito a pensão alimentícia e poderão, ainda, requerer reparação dos danos morais e materiais por falta das mesmas atenções e benesses dadas às famílias oriundas de casamento ou união estável. Isso é poligamia.

O Estatuto chega ao cúmulo, nas suas justificativas, de argumentar que “a realidade social subjacente obriga a todos, principalmente a quem se dedica ao

Inconstitucional, PL
distorce o pensamento
social e quer poligamia
institucionalizada

seu estudo, a pensar e repensar o ordenamento jurídico para que se aproxime dos anseios mais importantes das pessoas”. Desde quando é anseio social no Brasil que as relações conjugais ou de união estável admitam relações paralelas ou mancebia? Vê-se que o projeto distorce o pensamento social e quer institucionalizar a poligamia.

Além da poligamia velada, o projeto pretende institucionalizar a poligamia consentida. Ora, quem recebe um trio formado por duas mulheres e um homem ou por dois homens e uma mulher em sua casa e lhe diz: “Venha, sente-se e coma à minha mesa”? Ditado que bem representa e resume que relações paralelas não são aceitas pela sociedade e devem ser repudiadas pela legislação e por todas as formas de expressão do Direito.

Ao proteger a família, a Constituição estabelece no artigo 226, § 3.º, que as entidades familiares são monogâmicas quando oriundas da união estável, que só comporta duas pessoas, e não três ou mais. Portanto, o projeto é inconstitucional.

No artigo 69, § 2.º, do tal projeto, a “família pluriparental é a constituída pela convivência entre irmãos, bem como as comunhões afetivas estáveis existentes entre parentes colaterais”. Estaria aí a busca de atribuição de legalidade às relações incestuosas? Recorde-se que nesse projeto de lei tudo pode e cabe numa entidade familiar, em afeto e sexualidade.

Nas famílias chamadas reconstituídas, o padrasto e a madrasta têm direitos e deveres para com os enteados, compartilhando a autoridade dos pais, conforme o artigo 70. O padrasto ou a madrasta, além de poder exigir convivência com o enteado, passará a ter o dever de pagar-lhe pensão alimentícia, em complementação ao sustento que já lhe dê o pai ou a mãe, como prevê o artigo 74, o que é retomado no artigo 90, § 3.º: “O cônjuge ou companheiro de um dos pais pode compartilhar a autoridade parental em relação aos enteados, sem prejuízo do exercício da autoridade parental do outro”. Isso é multiparentalidade.

Com a tal multiparentalidade haverá incentivo ao ócio, porque, se um jovem tiver duas fontes pagadoras de alimentos (pai e padrasto ou mãe e madrasta), por que se esforçaria para trabalhar? É um incentivo ao ócio também porque o genitor de uma criança ou adolescente, se pudesse exigir pensão alimentícia do ex-cônjuge ou ex-companheiro, pela natureza humana, que cultiva, ainda que no íntimo de seu ser, a preguiça, ficaria sem vontade de buscar recursos para auxiliar no sustento do filho. Igualmente é incentivo ao desafeto, porque, em sã consciência, será evitada a união com quem tenha filhos, em face da futura obrigação de pagamento de pensão alimentícia diante da separação do genitor ou genitora dos menores. Propaga-se o afeto e incentiva-se o desafeto. Trata-se de óbvia contradição.

CONTINUA

18 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Sobre a presunção da paternidade, o projeto propõe que ocorra não só no casamento e na união estável, mas também em qualquer convivência entre a mãe e o suposto pai (artigo 82, I). A relação eventual, sem estabilidade e sem certeza na paternidade, o que é natural em nossos “alegres” dias, acarretará tal presunção, de modo que o homem, antes do exame de DNA, será havido como pai do infante. Para que esse vínculo de falsa paternidade se desfaça caberá a ele promover ação de contestação da paternidade. Enquanto o processo judicial tiver andamento – moroso ou até suspenso por poder absoluto do juiz, previsto no artigo 149 –, esse homem, se não for o pai, prestará pensão alimentícia ao rebento. E também na família chamada paralela o amante será presumidamente liavido como pai do filho da amásia. É um despautério.

Não bastasse isso, pais e mães sofreriam diminuição do poder familiar perante os filhos, não só por terem de dividi-lo com o padrasto ou a madrasta, mas também porque, segundo o artigo 104 dessa legislação projetada, “o direito à convivência pode ser estendido a qualquer pessoa com quem a criança ou o adolescente mantenha vínculo de afetividade”. Isso é quebra da base da educação e formação das crianças e dos adolescentes.

Assim como o projeto que está “adormecido” na Câmara, essas proposições legislativas de iniciativa do Senado – que têm algumas diferenças redacionais, mas os mesmos objetivos – deveriam ser denominadas “projeto de lei de destruição da família”. Pois esse chamado Estatuto das Famílias, que hasteia uma simulada bandeira de afeto, visa à deturpação familiar e ao conseqüente enfraquecimento da sociedade, que viverá em completa imoralidade. Isso é devassidão na legislação projetada!



ADVOGADA, DOUTORA PELA
USP, É CONSULTORA DA OAB-SP
E CONSELHEIRA DO IASP

18 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça absolve

Kassab e Controlar

em outra ação

Juiz não vê crime por considerar que MP não trouxe provas de que o ex-prefeito concedeu 'vantagem indevida' à empresa de inspeção

Fausto Macedo

Menos de 24 horas após se tornar público o depoimento de uma testemunha da máfia do ISS que acusa o ex-prefeito de São Paulo Gilberto Kassab de receber dinheiro da Controlar, a Justiça anunciou que absolveu Kassab e o empresário Ivan Pio de Azevedo, diretor conselheiro da empresa, em ação criminal sobre supostas irregularidades na inspeção veicular.

O Ministério Público havia proposto a ação por uma suposta violação ao artigo 92 da Lei de Licitações, atribuindo ao ex-prefeito "concessão de vantagem indevida" à Controlar. O contrato de concessão foi assinado em 1997, mas sucessivamente suspenso por decisões judiciais (liminares em ações civis públicas e ações populares) políticas (revisões e auditorias promovidas pelos sucessivos governos) e técnicas (questionamentos oriundos dos órgãos da Prefeitura, ligados à Secretaria do Verde e Meio Ambiente).

A sentença, datada de anteontem, é do juiz Luiz Raphael Nardy Lencioni Valdez, da 7.^a Vara Criminal da Capital. Ele destacou que em 2005, quando da posse de Jose Serra (PSDB), "determinou-se que todos os secretários revisassem os contratos vigentes em busca de eventuais irregularidades, prática corriqueira no Brasil, por motivos de várias ordens que não vem ao caso aqui analisar".

● Sentença

"Não se está aqui no campo da improbidade administrativa ou da responsabilização política, mas na seara processual penal, onde ninguém pode ser responsabilizado por fato que foge a seu conhecimento"

Luiz Valdez, JUIZ

Na época, a Secretaria do Verde, de forma contrária ao entendimento das gestões anteriores, verificou duas supostas falhas na capacitação técnica e financeira da Controlar, concessionária do serviço até então ainda não executado: ausência de técnico especializado nos quadros da empresa; e ausência de capital social de no mínimo de R\$ 30 milhões.

"A acusação presume, sem elemento de prova que autorize, que o réu Gilberto Kassab era conhecedor de todos os detalhes da concessão cuja licitação datava de 1996 e que há dez anos vinha suspensa por motivos variados. Tal presunção é inadmissível em sede criminal", afirma o magistrado. "Como consequência lógica, não há que se falar em concorrência dolosa do réu (Pio de Azevedo)."

"Mito" desfeito. O criminalista Pierpaolo Bottini, que defende Kassab no caso Controlar, disse que "a decisão foi correta e desfaz um mito que foi construído e repetido de que havia qualquer irregularidade nesse contrato". "Foi feita Justiça." Já

o advogado Igor Tamasauskas, também defensor de Kassab, avalia que "o juiz (Valdez) reconheceu a inexistência de ilícitos que foram apontados pelo Ministério Público na ação penal". Para Tamasauskas, "essa negativa de existência de crime traz efeitos em outra área, a da improbidade, porque são os mesmos fatos". "O juiz reconheceu que não houve qualquer lesão à lei e ao erário da Prefeitura."

Os advogados José Luís Oliveira Lima e Jaqueline Furrier, que defendem Azevedo, consideram que o empresário "foi vítima de acusação infundada".

18 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO MP quer definir limites para os 'rolezinhos' de SP

Uma das propostas é determinar número de participantes dos encontros para não comprometer a capacidade dos shoppings

Luciano Bottini Filho

O Ministério Público de São Paulo tenta estabelecer um meio termo entre jovens participantes de "rolezinhos" e os shopping centers. A proposta é colocar um limite para os eventos, marcados pelas redes sociais. Os promotores pretendem marcar uma reunião com os jovens e apurar a capacidade máxima dos centros comerciais, para determinar o limite de participantes e quando os shoppings podem fechar as portas, sem discriminação.

Ontem, promotores da área da Infância e Juventude, Consumidor, Criminal e Urbanismo anunciaram reuniões com os dois lados do conflito. "Estamos diante de algo desconhecido", diz a promotora da Infância e Juventude Luciana Bérغامo. O MP reconhece que não há uma liderança específica no movimento e chamará os jovens ao diálogo na próxima semana para lembrar que o direito de ir e vir é garantido a eles, mas sem algazarra.

"Não há uma lista (de jovens para serem chamados)", diz o promotor Maurício Ribeiro Lopes, de Urbanismo, que pretende assistir a um desses encontros no final de semana com os filhos para compreender melhor o fenômeno.

Para os promotores, os shoppings têm o direito, por questão de segurança, a fechar o estabelecimento quando há pessoas além da sua capacidade. O MPE deverá notificar o Corpo de Bombeiros e a Prefeitura de São Paulo para obter o limite de entrada nesses locais. Mas, o grupo de promotores entende que, em caso de encerramento, isso deverá valer para todos os frequentadores, sob pena de ficar caracterizada discriminação.

"O que o Shopping JK Iguatemi fez (no sábado passado, barrando jovens) acaba colocando mais fogo na discussão", diz a promotora Luciana. Um inquérito civil foi aberto para determinar se houve abuso por parte dos shoppings segregando pessoas.

Já o veto aos 'rolezões' marcados anteontem na zona sul pelos sem-teto foi correto, segundo os promotores. O MPE diz que os "rolezinhos" são uma atividade sem pauta de reivindicação, que serve apenas para diversão dos participantes.

Rio: Justiça impede evento no Leblon e libera em Niterói

● A Justiça do Rio emitiu duas decisões opostas sobre pedidos para proibir "rolezinhos" agendados para este fim de semana. Enquanto o Shopping Leblon, sofisticado centro de compras na zona sul do Rio, obteve uma decisão que impede o encontro marcado para as 16h20 de amanhã, o Plaza Shopping, estabelecimento mais popular situado em Niterói, não conseguiu autorização para impedir o evento agendado para as 16h de hoje.

Ao conceder a liminar que proíbe o "rolezinho" no Shopping Leblon, a juíza Isabela Pessanha Chagas, da 14.ª Vara Cível do Rio, escreveu que os direitos à livre manifestação e de ir e vir não devem afetar "os direitos de locomoção de outros, bem como o direito de trabalho". A juíza determinou também aplicação de multa de R\$ 10 mil. Até ontem, mais de 8.700 pessoas haviam confirmado presença no evento. / MARCELO GOMES E FÁBIO GRELLET

18 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz condena Marta por improbidade

A ex-prefeita Marta Suplicy (PT) foi condenada pela Justiça de São Paulo por improbidade administrativa em razão de contrato firmado sem licitação durante sua gestão na Prefeitura de São Paulo, entre 2001 e 2004.

Em decisão de 1.ª instância, o juiz Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho, da 1.ª Vara de Fazenda Pública, condenou Marta à suspensão dos direitos políticos por três anos e à multa no valor de 50 vezes seu salário como prefeita. Ele estendeu a condenação à ex-secretária de Educação Maria Aparecida Perez. A defesa de Marta informou que vai recorrer.

Na decisão, de 8 de janeiro, a Justiça acatou denúncia do Ministério Público de São Paulo que apontou irregularidades na contratação, em 2002, da ONG Grupo de Trabalho e Pesquisa de Orientação Sexual para assessorar, em subprefeituras, ações de planejamento familiar.

Segundo a promotoria, o contrato, de R\$ 176,7 mil, foi firmado sem licitação. "Houve infração do princípio da moralidade, já que a ré, prefeita à época, era intimamente ligada à entidade contratada", diz o juiz na sentença, de novembro de 2013. Segundo ele, o serviço poderia ser realizado por outras empresas, o que indica a necessidade de pesquisa de preços. Ele destacou o fato de Marta ter sido sócia-fundadora do GTPOS, mas diz não ter visto indícios de prejuízos aos cofres públicos.

Adolescentes são detidos ao tentar furtar salva-vidas da casa de Gilmar Mendes

Quatro adolescentes que nadavam no Lago Paranoá, em Brasília, no fim da tarde de ontem, resolveram pegar dois coletes salva-vidas de uma das casas que ficam às margens do lago, em região nobre da capital federal. Eles, entretanto, não imaginavam que estavam furtando a residência do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes.

Os adolescentes foram vistos pelos seguranças da residência, que acionaram a Polícia Militar e conseguiram capturar os quatro. Por se tratar de furto simples e pelo fato de não terem passagem anterior pela polícia, eles foram liberados. No momento do furto, Mendes não estava na casa. Ele havia viajado para São Paulo.

19 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

'Rolezinhos' põem em xeque a ocupação de espaços na cidade

“Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.” A leitura de uma sentença dada por um juiz de Campinas, na sexta-feira, parece simples e corriqueira. Mas o próprio fato de a Justiça ser obrigada a discutir os “rolezinhos” mostra a dimensão que o fenômeno ganhou.

Primeiro organizador conhecido de um “rolezinho” no shopping, o MC Jota L já tem advogada. No início, diz que era só um encontro. “Convidei colegas, que foram convidando outros, foi juntando.” Hoje se surpreende com o que aconteceu e evita falar sobre a ação da polícia – que interveio após relatos de tumulto e arrastão, que nega.

Para a professora de Antropologia do Desenvolvimento na Universidade de Oxford, Rosana Pinheiro-Machado é difícil “definir o turning point”, ou seja, o momento em que uma reunião local convocada pela internet se tornou um evento capaz de atrair multidões. Para ela, há um reflexo dos protestos de rua de junho. “Vivemos em uma sociedade que protesta mais.”

Durante a semana, a presidente Dilma Rousseff e o PT buscaram “capitalizar” o movimento. É cedo, no entanto, para falar em ligações políticas. Afinal, o que querem esses jovens? Por que eles não vão para locais 100% públicos? Seu primeiro organizador põe tudo isso em xeque. “Se eu chegar na prefeitura falando: ‘A gente pode usar o sambódromo?’, eles vão falar: ‘Quem é você?’ Então, a gente faz o que a gente consegue.” Ou seja, vão ao shopping.

CONTINUA

19 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Rosana Pinheiro-Machado, professora de Antropologia do Desenvolvimento na Universidade de Oxford

'Temos de evitar alguma romantização nesse movimento'

Laura Maia de Castro

Rosana Pinheiro-Machado estuda a relação entre os jovens da periferia e os shoppings desde 2009 e acredita que a reação da Polícia Militar aos chamados "rolezinhos" e a concessão de liminares aos centros comerciais potencializaram um movimento que já existe há mais de uma década, mas que tem se transformado em um fenômeno.

● Como você define o rolezinho?

Na origem, é um movimento juvenil de adolescentes de 15 a 18 anos, que há mais de uma década se reúnem em grupo para dar um rolê no shopping. É um movimento da periferia, no qual os jovens se vestem bem, se apropriam de marcas globais e de símbolos da sociedade capitalista.

● Por que tanta adesão desde dezembro?

É difícil definir qual foi o "turning point", o porquê. Eu acredito que houve influência dos movimentos de junho do ano passado e desse momento da sociedade brasileira, mas não sei em que grau. O fato é que a gente está vivendo em uma sociedade que tem protestado muito mais. Dá uma nova dimensão, com as redes sociais.

ARQUIVO PESSOAL



Desde 2009. Para ela, tudo vem 'de baixo para cima'

● Mas já tinha cunho político?

Não importa o tamanho da intencionalidade, mas o ato é sempre político, porque tem a questão do direito à cidade, o direito de ir e vir e estar bonito. Bonito, no sentido de estar nos padrões da sociedade. Mas a politização muda após a repercussão na mídia. Os jovens do Brasil estão vendo essa repercussão do preconceito e, embora eles sempre tenham sentido na pele, isso torna o movimento mais político.

● A reação da PM potencializou?

Potencializou muito porque faz com que as pessoas tenham noção do que está acontecendo, do tamanho e da di-

mensão do preconceito.

● E as liminares?

Sim, porque se você proíbe e mostra um sistema de apartheid as pessoas vão reagir. Rolezinho original não era um movimento social contra o racismo, era um movimento de meninos jovens que queriam se divertir. Mas a questão do racismo está em todas as entrevistas que realizamos (*em conjunto com a pesquisadora Lucia Scalco*), porque esses jovens diziam "A gente vai se arrumar senão somos vistos como pretos bandidos".

● O que você acha da apropriação dos rolezinhos pelos movimentos sociais?

Incrível. O rolezinho é um movimento de periferia que vem "de baixo para cima". Mas temos de evitar alguma romantização: esses jovens estavam querendo se divertir, mas tiveram esse direito barrado. Isso gerou uma revolta dos movimentos sociais e dos intelectuais. Dependendo de como a polícia reagir, vai se ampliar.

● E como reage a sociedade?

Os principais comentários contra são "Por que essa bandidagem não vai trabalhar?". Se você pensa em um adolescente da elite, você vai pensar ele em um shopping, em uma festa, e não mandando capinar. É muito cruel essa ideia. Mas há muito apoio também. O rolezinho é um dos movimentos mais importante dos últimos tempos no Brasil, porque dividiu a sociedade brasileira. Ou se apoia a meninada ou odeia o rolezinho e chama de bandidagem.

CONTINUA

19 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Jefferson Luís, organizador do primeiro grande 'rolezinho'

'A intenção foi mesmo fazer um meio de lazer'

Lourival Sant'Anna

Jefferson Luís, ou MC Jota L, seu nome artístico, é o primeiro organizador conhecido de um "rolezinho" no shopping, nos moldes dos que foram feitos a partir de dezembro. Num amostra da criminalização do tema, o rapaz de 20 anos, que trabalha como entregador e mora em uma favela na Avenida Guarulhos, agora tem advogada e prefere não dar seu sobrenome nem comentar eventuais problemas com a polícia. Em entrevista ao *Estado*, ele explica que a intenção inicial era criar opção de lazer.

● Como surgiu a ideia de convidar para o rolezinho?

A ideia inicial foi reunir os jovens para se encontrar no shopping e fazer as coisas normais que os outros fazem: tomar sorvete, conhecer pessoas novas. A intenção foi mesmo fazer um meio de lazer, que a gente não tem em Guarulhos nem em São Paulo. No fim de semana, jogo bola, empino pipa com a criança e internet. A única coisa que a gente tem é isso. O único lugar de lazer é o Bosque Maia, que não tem atrativo para jovem.

● E como foi lá?

Eu convidei meus colegas, que foram convidando outros cole-



Criador. Jefferson, na favela onde mora

gas, foi juntando gente. Daí, a gente marcou um local exato, não o horário do encontro para não tumultuar de muita gente. A gente falou: cada um vai no horário que quiser, como se estivesse indo no shopping normalmente. Quando for a hora de ir embora, 8 horas, a gente se encontra na saída, conversa, tira foto e vai embora.

● Teve tumulto?

Houve um corre-corre, um mal-entendido, não teve roubo nem arrastão. Acho que eles estão colocando muita coisa onde não tem. Teve um tumulto, sim, mas não foi tudo isso que as pessoas estão pensando que foi. No momento do corre-cor-

re, eu não estava dentro do shopping. Meus colegas me disseram que estava um grupo de pessoas na praça de alimentação, não estava ocorrendo nada, mas uma mulher se sentiu ameaçada, ligou para a polícia e a polícia entrou no shopping. E quando você vê um monte de policial com cassetete na mão, você pensa o quê? Todo mundo correu, com medo. Foi aí que começou o tumulto.

● Você pretende convocar outro?

Eu não sou mais a favor, por causa das pessoas que vão para badernar, que podem prejudicar outras pessoas. Mas também sei que é nosso direito ir ao shopping. Acho que serviu para alertar as autoridades de que a gente está sem lazer e o jovem não está mais parado. A gente está correndo atrás dos nossos direitos, que são meios de lazer.

● O que você acha da proposta de alguns adultos de vocês se juntarem no sambódromo ou em parques?

Se eu chegar lá na prefeitura falando: 'A gente pode usar seu sambódromo?', eles vão falar: 'Quem é você? O que você quer aqui?' Então, a gente faz o que a gente consegue. A gente não tem poder de chegar na prefeitura e pedir o sambódromo. Nas praças, a gente não tem segurança. Eles não vão mandar a polícia para fazer segurança. No shopping, a gente tem a segurança, e é uma coisa que a gente gosta de fazer. Pode comer lanche, ir ao cinema, tomar sorvete, coisas que todos os jovens gostam de fazer. É esse o objetivo maior.

CONTINUA

19 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Mesmo com liminar, jovens fazem encontro no Tatuapé

No Shopping Metrô Tatuapé, a liminar contra o “rolezinho” na tarde de ontem não impediu que 50 jovens fossem ao local. Apesar da decisão judicial estar afixada nas entradas (prevendo multa de R\$ 10 mil aos participantes em caso de tumulto), a orientação do shopping aos seguranças foi para que tudo fosse acompanhado sem qualquer intervenção. Os adolescentes caminharam em grupos dispersos e não houve nenhum registro de violência.

No evento do Facebook, organizado pelo produtor de bailes funk Duda Mel, houve adesão de pelo menos 1,2 mil usuários da rede social. “Esse é o décimo que eu participo”, afirma Mel.

Depois da reação policial no último “rolezinho” no Shopping Metrô Itaquera, no entanto, o tom de protesto também ganhou espaço. O cobrador de ônibus Davi Cardoso, de 18 anos, reclamou das agressões com spray de pimenta e balas de borracha. “Era diversão, agora também é manifestação.”

A entrada principal do shopping é a que tinha mais seguranças, além do apoio de funcionários do Metrô e da Polícia Militar. “A gente sabe como é o perfil de quem faz ‘rolezinho’”, disse um dos seguranças. “Bonezinho, tênis, camiseta de marca conhecida”, explicou, apontando três adolescentes.

Segundo o funcionário, que pediu para não ser identificado, não há violência contra os jovens. “Nós só orientamos que eles não podem ficar aglomerados, pedimos para que se espalhem”, disse o segurança.

Center Norte. Com liminar da Justiça e policiais civis, o Shopping Center Norte conseguiu impedir o “rolezinho” previsto para a tarde de ontem. Os policiais localizaram e identificaram, ainda no estacionamento, cerca de dez dos organizadores da ação. De acordo com a assessoria de imprensa do shopping, um oficial de Justiça já estava aguardando no local para notificar os jovens de que, caso houvesse algum tumulto, eles poderiam ser multados em R\$ 10 mil. Após isso, o grupo se dispersou. Nenhuma aglomeração foi registrada no shopping.

19 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO SP repatria 15% do dinheiro de Jersey

Maior parte do que foi achado em contas ligadas a Maluf está parada

Jamil Chade

CORRESPONDENTE / GENEBRA
Josette Goulart / SÃO PAULO

Mais de um ano após a Justiça de Jersey condenar o ex-prefeito e hoje deputado Paulo Maluf (PP-SP) e autorizar a devolução de uma verdadeira fortuna aos cofres públicos paulistanos, a Prefeitura de São Paulo ainda não conseguiu repatriar a maior parte do dinheiro. Do total bloqueado, só 15% dos recursos voltaram para a cidade. O restante está embaraçado em negociações com instituições financeiras que foram acusadas de facilitar a evasão dos recursos.

Em novembro de 2012, o Tribunal de Jersey deu ganho de causa para o Brasil e ordenou que US\$ 32 milhões em nome de Maluf e de seu filho Flávio fossem devolvidos ao cofres municipais – mesmo com a condenação, o deputado nega ligação com as contas na ilha britânica. Do total, US\$ 6 milhões estavam depositados em dinheiro e foram repatriados em maio de 2013. O restante está garantido por ações da Eucatex, empresa criada por Maluf, que precisam ser vendidas.

O dinheiro teria sido desviado de obras como a construção da Avenida Jornalista Roberto Marinho (antiga Água Espraiada), enviado ao exterior e retornado ao Brasil por meio de fundos que compraram participação relevante na Eucatex. Estima-se que 30% da companhia pertença a esses fundos, que tinham como cotistas empresas de Flávio Maluf.

Em Jersey, fontes da Justiça disseram ao **Estado** que estão “surpreendidas” com a demora

da Prefeitura em recuperar o dinheiro bloqueado. As autoridades do paraíso fiscal usam o caso de Maluf como prova de que estão dispostos a cooperar com a Justiça internacional, a fim de aliviar a pressão de governos que os acusam de ajudar corruptos a esconder dinheiro.

“Já mandamos mais de uma consulta ao Brasil para saber o que fariam”, contou ao **Estado** um funcionário de alto escalão da Justiça de Jersey, que pediu anonimato. “O que causa estranhamento é que nada mais impede que esses ativos sejam enviados ao Brasil.”

Estratégia. A explicação da Prefeitura, entretanto, se calca na estratégia de tentar recuperar, em parceria com o Ministério Público, o maior volume de dinheiro possível em outros processos judiciais. O objetivo é repatriar o total das ações da Eucatex que estão bloqueadas em Jersey e que superam em muito os US\$ 32 milhões atuais.

O secretário de Negócios Jurídico em exercício da Prefeitura, Robinson Barreirinha, diz que está em trâmite uma negociação entre o Ministério Público e instituições financeiras que ajudaram as empresas do filho de Maluf na constituição dos fundos e na compra de títulos da Eucatex. A proposta é que as instituições, além de pagarem uma indenização, assessorem sem custo a venda dos papéis. Além disso, os preços das ações no mercado também estão influenciando na decisão. “Tudo está sendo resolvido tecnicamente pela Procuradoria do município, cujo procurador-geral (*Celso Coccaro*) está no cargo desde

o primeiro ano do governo José Serra”, disse Barreirinha. “Não há qualquer ingerência política neste processo.”

O procurador-geral do município em exercício, Antônio Aith, que responde pelo órgão durante as férias de Coccaro, diz que existe uma parceria com o Ministério Público em diferentes ações que envolvem o caso Maluf e outros processos estão sendo ajuizados. Em um desses casos, a tática é responsabilizar a Eucatex por ajudar no esquema de desvio de recursos.

A ação é de R\$ 500 milhões.

O caso de Jersey, entretanto, é o único efetivamente já ganho pela Prefeitura. Aith explica que a demora se justifica por dificuldades legais, já que são os fundos que são detentores das ações e não diretamente as empresas do filho de Maluf, que são cotistas destes fundos.

O procurador Silvio Marques, que é responsável pelos casos no Ministério Público, diz que outras duas ações estão correndo para repatriação de ativos com base nas ações da Eucatex bloqueadas em Jersey. Segundo ele, é importante que a Prefeitura venda as ações quando estiverem com valor de mercado mais elevado do que hoje para não dilapidar patrimônio. Ele diz que as ações bloqueadas valem hoje US\$ 100 milhões.

DORA KRAMER

Em destaque. Cotada para a vaga de vice se Aécio Neves optar por uma mulher, a ex-ministra do Supremo Tribunal Federal Ellen Gracie deve coordenar o grupo que trata de assuntos relativos à Justiça e Segurança Pública na campanha do tucano.

'Existe hoje uma política nefasta e errada de encarceramento em massa'

O diretor do Instituto Pro Bono afirma que a situação no Maranhão está longe de ser incomum e defende penas alternativas para crimes de "menor potencial ofensivo".

Em 2006, Marcos Fuchs foi convidado a visitar a cadeia pública do Guarujá. O diretor-adjunto da ONG de direitos humanos Conectas e presidente do Instituto Pro Bono havia recebido uma denúncia de que doze menores estavam sendo mantidos na prisão. A visita chocou o advogado, que "descobriu" 400 presos confinados em celas feitas para 68, falta de higiene e sinais de maus-tratos. O caso foi levado por Fuchs e seus colegas ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos. "A ação criou constrangimento para o Brasil, e a cadeia foi fechada. Foi o início da minha vida de Graciliano Ramos, à la *Memórias do Cárcere*", conta o advogado.

Desde 2009, Fuchs faz parte do Conselho da Comunidade de São Paulo, visitando, periodicamente, os Centros de Detenção Provisórios. Ano passado, foi nomeado membro do Conselho Nacional de

**"PRESO NÃO É
COMMODITY.
NÃO É OBJETO
DE CONTRATO"**

Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça – o que o leva, agora, a conhecer presídios também em Brasília, Piauí e Roraima. Seu diagnóstico sobre o sistema prisional brasileiro é claro e definido em uma palavra: "Caos". Segundo Fuchs, as cadeias são degradantes e, além da falta de assistência jurídica, há um sistema – composto por polícia, promotores e juízes – que corrobora para a superlotação dos presídios: "O que existe hoje é uma política nefasta, errada, de encarceramento em massa. Uma vez presos, essas pessoas não têm acesso à justiça", afirma. Todos esses fatores, alerta Fuchs, colaboram para o alto índice de reincidência de presos no Brasil, cerca de 60%, segundo o Unicef. "A sociedade tem de estar ciente de que car-

rega essa hipoteca. O pior investimento que se pode fazer é não investir em um sistema prisional decente."

A superlotação, segundo Fuchs, é também um dos motivos de perda de controle do Estado dentro dos presídios, como no exemplo mais recente, em Pedrinhas, no Maranhão. Segundo o advogado, é necessário uma ação conjunta entre sistema judiciário e polícia para diminuir o número de encarceramentos: "Há que se pensar em justiça restaurativa; trabalho comunitário, penas alternativas; usar o direito penal mínimo. Avaliar crimes de menor potencial ofensivo, que não devem levar à cadeia".

A seguir, os melhores momentos da conversa.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

20 JAN 2014

● Nesses oito anos visitando presídios, qual o seu diagnóstico?

É o caos, uma tragédia, chocante, degradante, um ambiente hostil. Existe tortura, maus tratos, faltam médicos e dentistas. Não há assistência jurídica: nem advogados pro bono nem dativos. E um encarceramento em massa, os presos completamente abandonados.

● Há alguma particularidade no Estado do Maranhão?

Desde 2007, os agentes do sistema penitenciário, a Comissão de Direitos Humanos da OAB e deputados alertavam as autoridades do sistema prisional e a governadora de que havia um barril de pólvora dentro daquela unidade.

● De onde vêm a negligência e o abandono?

O que está acontecendo naquele Estado é uma grande violação de direitos humanos. São 62 mortes em 12 meses no sistema prisional, que é de responsabilidade do governo.

● Um dos projetos que surgiram durante a CPI carcerária diz respeito à separação dos presos por delito. Acredita nessa medida?

Acho paliativa. O que há nessas unidades é um grande número de jovens entre 18 e 24 anos que cometeram pequenos furtos. Alguns usuários de crack que, em uma batida, acabam sendo levados em flagrante, como traficantes. São pessoas que não deveriam estar presas. Há de se pensar em justiça restaurativa: trabalho comunitário, penas alternativas, usar o direito penal mínimo. Avaliar crimes de pequeno potencial ofensivo. É necessário uma coalizão de polícia, promotores e juízes. O que existe hoje é uma política nefasta, errada, de encarceramento em massa. Uma vez presos, essas pessoas não têm acesso à justiça. Elas vão ser ouvidas na primeira audiência depois de três, quatro meses.

● Por quê?

Porque não existe audiência de custódia. Há a Defensoria Pública, onde trabalham verdadeiros heróis, mas é um número muito pequeno. Cada defensor público no fórum da Barra Funda é responsável, em média, por 2.500 processos criminais. É humanamente impossível você fazer habeas corpus, pedir relaxamento, pedir liberdades provisórias.

● Os centros de detenção provisória também estão lotados?

Sim. Além da falta de assistência médica, odontológica, higiene, espaço de lazer, de alguma possibilidade de educação, existem presos esperando júri há dez anos. Outros são presos com regime semiaberto que estão cumprindo pena no regime fechado. No Brasil, são 25 mil nessas condições.

● Desafogando o número de presos diminui a violência dentro da cadeia?

Diminui a violência na cadeia, e o Estado pode fazer um controle efetivo que hoje, em muitos casos, está nas mãos das facções. A partir do momento em que houver 540 presos na unidade – que é o previsto na construção do CDP, está na lei de execução e é a recomendação da ONU –, o agente prisional será capaz de fazer seu trabalho. E o preso terá a chance de sair de lá menos revoltado. O índice de reincidência de presos no Brasil é por volta de 60%, segundo o Unicef.

● Por que tão alto?

O preso sai com dívidas e sem mercado de trabalho. Não existe possibilidade para ele. A sociedade tem de estar ciente de que carrega essa hipoteca. O pior investimento que se pode fazer é não investir em um sistema prisional decente.

● Seria o caso de investir em penas alternativas no Brasil?

Elas existem, mas são pouquíssimas aplicadas. Acontece, na

maioria dos casos, para quem pode pagar um advogado. Temos a advocacia pro bono, que está tramitando em Brasília em uma comissão presidida pelo Luiz Flávio Borges D'Urso e mais três conselheiros – para ter um novo texto resolutivo sobre advocacia pro bono. O Instituto Pro Bono, com apoio do Instituto de Defesa do Direito de Defesa, mandou uma sugestão. A ideia é que isso seja levado ao Conselho Federal.

● E o projeto de privatização das cadeias, você é a favor?

Sou contra. Preso não é commodity, não é objeto de contrato, não é para dar lucro. Esse modelo americano que estão tentando fazer aqui, em que o Estado vai pagar para o concessionário, transforma o sistema prisional em mercadoria.

● Como se resolve, por exemplo, a questão da corrupção dos agentes penitenciários?

O vilão no sistema é a entrada de telefones celulares, que entram mesmo os visitantes passando por revistas vexatórias. Dizem que a outra maneira é via agentes penitenciários. Por isso, defendo um controle mais efetivo. Colocar um scanner de verdade, para uma revista decente. Dá para saber exatamente o que está dentro do corpo de uma pessoa, sem apelar para humilhações. Custa mais caro? Com certeza. Mas o resultado é muito melhor.

● Que modelos de sistema prisional existentes no mundo o Brasil poderia seguir?

O modelo holandês, por exemplo. O fórum fica ao lado da unidade; então, o juiz visita semanalmente, caminha pelos corredores, conversa com os presos. Ele leva o sociólogo para entender por que a pessoa está presa, convida um economista para ver o núcleo. Existem ótimas iniciativas.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

20 JAN 2014

● Os juízes não visitam os presídios aqui no Brasil?

Deveriam visitar mais. Você imagina se os juízes corregedores, os juízes da execução de São Luís, tivessem visitado Pedrinhas constantemente, toda semana. Há uma responsabilidade aí também. Onde estavam os juízes? Aquilo lá era sabido. Havia duas facções se matando ao longo do ano.

● E a proposta da APAC, de gestão das penitenciárias pelos próprios presos?

É fantástico. Você tem modelos: Itaúna, em Minas Gerais, por exemplo. Lá existem pouquíssimos agentes penitenciários. O preso acorda no alojamento, toma café, vai trabalhar, ter aula, aprender um trabalho manual. À noite, volta para o alojamento e dorme. Sem um controle tão rigoroso, você tem um número de fugas mínimo e pouquíssimos reincidentes.

● E sobre a presença da Polícia Militar dentro da cadeia, Você é favorável?

Sou totalmente contrário. Polícia não é feita para cuidar de preso. Veja o Maranhão, onde os policiais estão sem identificação, apontando espingarda carregada com bala, apavorando os presos. É preciso ter bons agentes penitenciários.

● Que outros presídios você também tem informação de estar em situação tão precária quanto Pedrinhas?

Temos relatos de que o Presídio Central de Porto Alegre está desmoronando. É um prédio onde impera a lei das facções, onde o Estado já não existe. E nós visitamos – em 2008, 2009 – unidades no Espírito Santo, onde vimos presos colocados em contêineres. O agente penitenciário abria a porta, e o preso caía desmaiado. Tem também a Casa de Custódia de Viana, onde entrava o carrinho para entregar comida e ele voltava carregando restos de presos.

● Atualmente, como está a situação no Espírito Santo?

Está bem melhor. Estive lá faz dois meses e vi que, agora, existem os CDPs. A situação no ES criou um constrangimento enorme para o Estado e para o Brasil. Isso foi levado à ONU, onde exibimos matérias, os contêineres e toda a situação na Casa de Custódia de Viana.

/MARILIA NEUSTEIN

20 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Por que as celas pegam fogo

O governo federal acumulou e mantém em caixa R\$ 1,065 bilhão que, por lei, deveria ser empregado para construir e modernizar o sistema penitenciário nacional. Este é o saldo atual do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), constituído pelo repasse de parte dos recursos arrecadados pelas loterias da Caixa Econômica Federal. De acordo com dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), este fundo incorpora R\$ 300 milhões por ano, em média. Mas a maior parte de todo esse dinheiro não é investida nas prisões, como é previsto na Lei Complementar n.º 70: esta determina que ele deveria “financiar e apoiar as atividades e programas de aprimoramento” do sistema penitenciário. No ano passado, o Funpen foi autorizado a investir R\$ 384,2 milhões na construção e na reforma de presídios em obras administradas pelos governos estaduais. Mas apenas R\$ 40,7 milhões, 10,6% desse total, foram efetivamente aplicados.

Essa distorção evidente do dispositivo legal ocorre, de acordo com a coordenadora-geral do Funpen, Michele Silveira, principalmente pelo contingenciamento anual do Orçamento da União. Como este não é impositivo, nem toda a verba orçada é usada e este fundo tem sido alvo frequente de cortes determinados pela equipe econômica do governo para

cumprir o chamado esforço fiscal, que impõe redução de despesas para evitar o desequilíbrio nas contas públicas. Por isso, tanto dinheiro é mantido em caixa.

A coordenadora também atribui parte da responsabilidade aos Estados. Segundo ela, mesmo que pudesse, não teria como repassar o montante integral do fundo para eles, porque alguns projetos de construção de presídios apresentados por governos estaduais esbarram em problemas técnicos e ambientais ou em denúncias de corrupção. Esses problemas às vezes motivam a devolução de dinheiro encaminhado à Estados.

Nove meses após o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, ter denunciado a situação “desumana e caótica” dos presídios brasileiros e a dois de o ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo, os haver chamado de “medievais”, enfatizando que preferia morrer a viver neles, permanecem entraves burocráticos para ampliar e aprimorar o sistema. Uma resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), tida por especialistas como muito rigorosa, entre vários despropósitos, exige que toda penitenciária tenha um determinado número de vagas em estacionamentos, uma metragem específica para a sala do diretor, salão de cabeleireiro e barbearia, além de infraestrutura médica – laboratórios de diagnóstico e salas para raio X. Isso, é óbvio, dificulta e até tor-

na inviáveis vários projetos.

A revelação recente da tragédia do presídio de Pedrinhas, em São Luís, chamou a atenção para o fato de o Brasil ter um déficit de 168.934 vagas para detentos, que são amontoados em presídios espalhados pelo País: em 68% das prisões há mais do que nove presos por vaga. Os dados do sistema Geopresídios, do Conselho Nacional de Justiça, revelam que a situação poderia ser pior: há em aberto 162.550 mandados de prisão que ainda não foram cumpridos. Caso fossem, o déficit dobraria. Este não é o único problema, mas na certa o uso das verbas que a lei prevê para construir e modernizar presídios como o maranhense e a supressão de exigências descabidas como as citadas aliviarão o inferno em que vivem os presos, como sardinhas em lata.

Uma das maiores tragédias sociais brasileiras é a violência e esta resulta, em grande parte, da ferocidade com que os chefes do crime organizado condenados disputam espaço e poder em cadeias em que não lhes é permitido viver de forma minimamente digna. A culpa não é de um governo, um partido ou um Poder isolados, mas da inércia dos agentes responsáveis, que, a agirem para pôr fim a absurdos como engordar o saldo do Funpen em vez de empregar bem o dinheiro que a lei manda aplicar e para remover obstáculos absurdos como os entraves burocráticos citados, preferem cruzar os braços e ver as celas pegarem fogo.

18 JAN 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

PAGA OU

LEVA MULTA!

A Urbanização de Curitiba S/A (Urbs) será multada R\$ 10 mil por dia se não retomar até segunda-feira o pagamento às empresas de ônibus que fazem o transporte de passageiros nos 13 municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). A decisão é da Justiça do Paraná, que acautou ação movida pelo Sindicato das Empresas de Transporte Público (Setransp). O pagamento estava suspenso desde a última quarta-feira.

De acordo com a Urbs, o motivo da suspensão é a inadimplência do governo do Estado, que não teria repassado duas parcelas do subsídio de R\$ 5 milhões por mês, previsto no convênio que permite a operação da Rede Integrada de Transporte (RIT). As parcelas teriam vencido nos dias 10 de dezembro e janeiro, totalizando uma dívida de R\$ 10 mil.

O juiz Roger Vinicius Pires de Camargo Oliveira, da 3.ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial de Curitiba, entendeu que, mesmo que os repasses do governo do Estado não tenham sido realizados, eles representam apenas 6% de todo o custo da RIT (Rede Integrada de Transporte), composta por consórcios urbanos e empresas metropolitanas integradas.

A preocupação era que os usuários dos ônibus metropolitanos fossem prejudicados a partir da próxima segunda-feira, data de pagamento do adiantamento do salário dos funcionários.

**Justiça manda
Urbs retomar
pagamento às
empresas de
ônibus da RMC**

O Setransp afirma que a decisão da Justiça precisa ser cumprida imediatamente, para evitar uma possível greve de funcionários. A preocupação é que as empresas agora recebam o repasse em tempo hábil para que os vales dos funcionários sejam pagos. O grande entrave, segundo o sindicato, são os prazos de compensação e conciliação bancária.

Na tarde de ontem, representantes das 18 empresas de ônibus que atuam na RMC se reuniram para discutir o imbróglio e criticaram a atuação da Urbs. "Não é mais possível administrar as empresas com a ameaça permanente de suspensão de pagamentos, o que está acontecendo desde outubro de 2013", diz nota divulgada pela Associação Metrocard, formada pelas empresas.

Até o fechamento desta edição a Urbs ainda não havia se posicionado sobre a decisão judicial. O governo do Estado, que na quinta-feira negou o atraso nos repasses, informou ontem que fará o pagamento até segunda-feira.

20 JAN 2014

BEMPARANÁ

PAINEL

Celular

O simples uso de celular fornecido pela empresa não configura situação de sobreaviso, porque a sua utilização não obriga o empregado a permanecer em determinado local aguardando ordem para trabalhar. O entendimento é da 5ª Turma do TST.

Demora

A demora na entrega de presente de Natal não gera indenização por dano moral, pois o descumprimento do prazo é um mero aborrecimento. A decisão é da 3ª Vara Cível de Brasília.

Responsabilidade

A Junta Comercial responde por alteração de contrato efetuada com assinatura falsa, pois tem a obrigação de adotar medidas para resguardar o direito de terceiros. Trata-se de responsabilidade objetiva. O entendimento é do TJ de Goiás.

Isonomia

As escolas internacionais sediadas no Brasil devem pagar aos seus professores brasileiros e estrangeiros, que fazem o mesmo trabalho, o mesmo salário, sob pena de ficar caracterizado conduta discriminatória. O entendimento é da 7ª Turma do TST. Improbidade A condenação de agente público por ato de improbidade administrativa independe da existência de dano aos cofres público e do enriquecimento ilícito do acusado. A decisão é do Juiz da 2ª Vara Cível, Fazendas Públicas e Registros Públicos da comarca de Trindade.

Audiência

O STF recebe, até o dia 14 de fevereiro, inscrições para a audiência pública que discutirá as alterações introduzidas na gestão coletiva de direitos autorais pela Lei 12.853/2013. A audiência foi convocada pelo ministro Luiz Fux, relator de duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs 5062 e 5065) ajuizadas pelo ECAD e pela União Brasileira de Compositores. A audiência pública será realizada em 17 de março.

Furto

O supermercado que oferece estacionamento aos seus clientes, mesmo que de forma gratuita, deve responder pelo furto de veículo de um cliente ocorrido em suas dependências. O entendimento é da 6ª Câmara Cível do TJ de Justiça de Goiás.